

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE DIREITO**

**SÔNIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA**

**CULTURA E ENSINO JURÍDICO NO BRASIL: OS PRIMEIROS ANOS**

**CURITIBA**

**2009**

**SÔNIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA**

**CULTURA E ENSINO JURÍDICO NO BRASIL: OS PRIMEIROS ANOS**

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Direito, da  
Universidade Federal do Paraná,  
como requisito à obtenção do grau de  
Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Marcelo  
Fonseca

**CURITIBA**

**2009**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2 HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES: MODELOS EUROPEUS CONTINENTAIS ...</b>	<b>8</b>
2.1 PORTUGAL .....	19
<b>3 OS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL .....</b>	<b>22</b>
3.1 FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO .....	31
<b>4 “PRINCÍPIOS DE DIREITO NATURAL”, JOSÉ MARIA AVELLAR BROTERO .</b>	<b>35</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história do ensino jurídico no Brasil tem início oficialmente com o decreto de 11 de agosto de 1827. Um tanto tardio quando comparado à incipiência do que se interpreta ser a origem da universidade na Europa, ainda no século XI. Os anais da educação brasileira informam que, pretendendo a formação de uma burocracia local, desprendida dos valores de Portugal, Dom Pedro I outorgou decreto que implantava os dois primeiros cursos de direito na recém independente nação Brasil. Uma escola em São Paulo, outra em Olinda, logo transferida para Recife.

Porém, a linearidade do relato esconde as contradições e conflitos na formação das academias de direito, pois não eram apenas cursos nos quais se ensinava ciência jurídica, mas centros de formação política e ideológica.

O presente trabalho pretende conjugar diferentes aspectos do início dos cursos jurídicos no Brasil, com o propósito de evidenciar as ideologias e condições políticas que circundavam a formação de uma elite jurídica nas academias brasileiras fundadas tão somente no século XIX.

Aponta Sérgio Buarque de Holanda no início de *Raízes do Brasil*, “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”<sup>1</sup>. A cultura, modelos e ideologias européias eram transportadas para o Brasil sem parcimônia, causando a estranheza previsível no choque entre uma cultura milenar e um lugar recém descoberto, habitado por povos com culturas múltiplas.

O que se pretende analisar é justamente essa contradição, presente na primeira metade do século XIX, no tocante a implantação dos primeiros cursos de bacharelado no Brasil.

Exemplos nítidos desse antagonismo entre a emergência de uma nova nação no momento imediatamente posterior a declaração de independência, e, o condicionamento enquanto colônia incapaz de produzir modelos autônomos de ensino, são: a vigência dos estatutos de Coimbra, uma relação que evidenciava a continuidade ao mesmo tempo em que se propunha a independência; o ensino do direito natural, pelo qual a religião se fazia presente; e, a preocupação em formar burocratas antes de cientistas do direito.

---

<sup>1</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31.

Dessa forma, a discussão aqui proposta perpassa temas como a noção de cultura jurídica, de academia e de ciência do direito.

Optou-se por cercear o tema temporal e geograficamente, qual seja a cidade de São Paulo entre 1827 e 1854, afinal, é o momento de transição entre uma cultura jurídica que, se existente em solo brasileiro, era a continuação de uma cultura jurídica portuguesa, para a fermentação da cultura local já na segunda metade do século XIX, sobre o período explica o professor Ricardo Marcelo Fonseca:

Sobretudo nesse momento seminal do estado brasileiro que é a primeira metade do século XIX, seguramente existem, por consequência, significativas dificuldades de definir uma 'cultura jurídica brasileira' em seus contornos e em sua caracterização. Trata-se de um momento em que ela está em formação e que não encontra aparatos institucionais e culturais privilegiados para circular, como no caso do Brasil da primeira metade do século XIX.<sup>2</sup>

Pretende-se evidenciar o contexto jurídico da primeira metade do século XIX, que modelos, ideologias e políticas levaram a emergência, somente e especialmente, em 1827 dos dois primeiros cursos jurídicos do Brasil. Com cuidado, é possível dizer que o Brasil vivia ainda, em muitos aspectos, no antigo regime e se torna necessário investigar precisamente em quais e como isso se manifestou na formação das faculdades de direito do país.

Para se questionar a cultura jurídica brasileira se toma como marco a independência política oficialmente decretada. Ainda que a cultura jurídica brasileira seja, nesse momento, incipiente ou débil, a independência é a data limite entre o que deveria ser apenas uma extensão da cultura portuguesa e o que se espera de uma nação independente, sobre isso:

Desse modo, a análise da formação de uma cultura jurídica brasileira deve ter seu ponto de partida no momento da independência política, quando a vida jurídica do Brasil começa a ganhar autonomia com relação àquela de Portugal. E a criação das faculdades de direito – embora envolta em

---

<sup>2</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/9415/6507> Acesso em 15/11/2009. p. 345.

dificuldades de ordem prática que serão adiante estudadas – constituem um capítulo importantíssimo no estabelecimento de contornos desta cultura.<sup>3</sup>

Este trabalho se concentra no momento de recém declarada independência política do Brasil, sem desconsiderar, no entanto, os precedentes históricos europeus continentais, afinal, o próprio fenômeno da universidade é originado na Europa medieval.

Assim, busca-se compreender em que consistia a cultura jurídica acadêmica brasileira desses primeiros anos de independência. Com a ressalva de que não se pode identificar nos cursos jurídicos hoje e na *universitas* do século XIII pontos extremos de uma cronologia linear, de uma história ininterrupta, e os cursos jurídicos do século XIX como ponto intermediário. Como alerta José Reinaldo de Lima Lopes, “somos um pouco dominados pela idéia do progresso: ou somos os progressistas, ou somos o ponto culminante de uma história de progressos”.<sup>4</sup>

Para tanto, o primeiro capítulo destaca alguns aspectos do desenvolvimento da idéia de universidade na Europa séculos antes. A intenção não é esgotar a história das universidades, mas apenas sublinhar pontos de convergência ou de influência no ensino jurídico brasileiro do século XIX. Dá-se ênfase as passagens, às rupturas entre os diferentes modelos de pensar que constituíam o ensino, bem como, não há como conceber ensino universitário sem considerar suas relações com o poder governante.

É imprescindível traçar o paralelo entre o que acontecia na Europa e no Brasil colônia. Enquanto Portugal não permitira a criação de cursos superiores na colônia, fazendo com que os juristas brasileiros fossem quase que absolutamente formados em Coimbra, a colonização da América espanhola foi diferente, como no Peru, cuja fundação da Universidade de Lima se deu em 1551.

No segundo capítulo trata especificamente do Brasil da primeira metade do século XIX, buscando resgatar o momento anterior e imediatamente posterior a independência política que cercou a criação dos cursos jurídicos pela lei de 1827. Da onde emanavam as decisões política? Qual foi a força da Assembléia legislativa

---

<sup>3</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879)**. Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad, Madri, v. 8, n. 1, 2005. p. 98.

<sup>4</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 2. ed. São Paulo : Max Limonad, 2002. p. 7.

tanto nos debates que antecederam a lei como, mais tarde, no desenvolvimento dos cursos jurídicos?

Nesta parte, discorre-se mais largamente sobre o curso de São Paulo, as particularidades de sua história bem como a possibilidade que de consultar o arquivo preservado da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além da proximidade espacial justificam tal escolha. A Faculdade de Direito do Largo São Francisco, como é conhecida, é um rico material para pesquisa historiográfica onde restam diversas possibilidades de investigação acadêmica a serem exploradas. Vale lembrar que durante todo o período imperial o ensino jurídico foi restrito a São Paulo e Olinda (sendo esta faculdade transferida para Recife).

Como parte final, pretende-se analisar a obra “Princípios de Direito Natural”, José Maria Avellar Brotero, lente do primeiro ano do curso de São Paulo. Obra impressa em 1829, pois, como afirma o próprio autor, o livro reproduz as lições que o mesmo proferia ao primeiro ano do curso de leis em São Paulo. Ainda, o contexto do livro, a sua não autorização para uso nos cursos, as constantes polêmicas e atritos entre autor e o diretor da Faculdade nos primeiros anos, as idéias contraditórias trazidas no livro tornam o documento mais interessante, podendo ser considerado reflexo de uma pequena parte do pensamento jurídico da época, ainda que seja um retrato rotineiro e canhestro como afirma Venâncio Filho<sup>5</sup>.

Ainda que tenham sido preservadas mais anedotas sobre a figura do professor do que relatos de suas posições acadêmicas, ainda que o “compêndio” seja uma colcha de retalhos de citações ao gosto do primeiro lente do curso jurídico de São Paulo, o discurso presente na obra de Avellar Brotero representa o ponto de encontro entre a previsão da legislação imperial da confecção de compêndios como a necessidade de controle na forma da aprovação da Assembléia.

A metodologia utilizada no presente trabalho monográfico foi a revisão bibliográfica, aposta ao final. Além disso, foram consultadas fontes do período, como a Memória Histórica publicada na Faculdade, o trabalho estatístico publicado sobre a São Paulo de 1836 e, principalmente, a obra “Princípios do Direito Natural” de Avellar Brotero.

Finalmente, o trabalho se apresenta como um olhar sobre um período normalmente relegado a ser o momento de transição, no qual a criação oficial dos

---

<sup>5</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: perspectiva, s.d. p. 48.

cursos jurídicos já se deu, a inauguração também, no entanto, o ensino jurídico no Brasil ainda não *aconteceu*. Um período construído sobre um ordenamento estrangeiro, alheio, mas ao mesmo tempo adaptado às idiossincrasias locais, e que, neste momento é construído nos moldes de uma sociedade oligárquica, com um governo autoritário, no qual prevalecem o latifúndio, a monocultura e a escravidão.



## 2 HISTÓRIA DAS UNIVERSIDADES: MODELOS EUROPEUS CONTINENTAIS

Primeiramente é fundamental esclarecer que o ensino jurídico dos primeiros cursos instalados no Brasil não é resultado direto da tradição das universidades medievais, assim como estas tampouco são a consequência necessária das escolas de direito que existiam na Antiguidade. Naturalmente pode se reconhecer a existência das escolas de pensamento jurídico no Império Romano oriental e ocidental, mas a universidade medieval é um fenômeno distinto.

Da mesma forma que o modelo coimbrão, o mais intimamente atrelado aos primeiros anos de ensino jurídico no Brasil, não é resultado das transformações da universidade medieval, haja vista que, após o auge entre os séculos XII e XV, houve um declínio dessas instituições e a ciência passa a ser gestada em sociedades e academias fora de seus limites<sup>6</sup>. Ainda assim, investigar brevemente a primeira noção de universidade, quando do estudo do ensino jurídico se faz necessário.

A universidade pode ser reconhecida como um fenômeno ocidental e europeu, não tendo origens em nenhuma das instituições da Antiguidade. Apesar disso não deixou de ser herdeira de diversas instituições e movimentos. O termo universidade deriva de *universitas*, um termo que no medievo tinha aplicação geral, representando um grêmio ou corporação, enfim, um grupo com interesses particulares. Em um primeiro momento também a universidade não encontra seus limites físicos em um prédio sede, mas as aulas acontecem em qualquer espaço cedido.

Um dos primeiros fatores a se destacar, no surgimento das universidades é a multiplicação das escolas catedrais<sup>7</sup> em detrimento das escolas monásticas a partir do século XI. Catedrais como Orleães e Paris tinham centros de estudos das Artes Liberais (Gramática, Retórica, Lógica ou Dialética, formando o *trivium* e Aritmética, Música, Astronomia, Geometria, formando o *quadrivium*) e da Sagrada Escritura (apenas mais tarde denominada Teologia). Essa profusão de centros de ensino

---

<sup>6</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 97.

<sup>7</sup> Já era previsto no Concílio de Latrão em 1179 que cada catedral deveria abrigar uma escola.

preocupou a Igreja Católica que passou a outorgar “autorizações de ensino”, principalmente porque surgiram também muitos centros particulares<sup>8</sup>.

No medievo o que mais se aproximava da idéia de universidade de hoje era denominado como *studium generale*: agrupamento de diversos grupos de estudo, cada um englobando diversos grupos interessados, alguns para ensinar, outros para aprender. Os *studia generale* eram centros fundados pelo Papa ou pelo Imperador ou Rei, por isso, se tratavam de uma instituição com interesses políticos claros. Aqueles centros que eram fundados pelo Rei tinham seus estudos voltados para o reino. Muitas vezes acontecia que a fundação era a confirmação da existência da Universidade de fato. Porém, nem todas as universidades foram reconhecidas.

Os *studia* apresentavam uma série de aspectos em comum: modelo de ensino, forma de funcionamento, autonomia jurídica (capacidade de eleger as próprias autoridades e de fazer os próprios estatutos) – o que não era propriamente um privilégio, mas uma característica de qualquer corporação no medievo.

O exemplo de Bolonha é reconhecido como o primeiro exemplo de universidade. Sua fundação foi por volta do ano 1088, porém, em geral, essas datas são fictícias, os primeiros documentos datam de 1155 e os estatutos mais antigos datam de 1252. Bolonha foi resultado do agrupamento de duas “nações” estudantis: os italianos e os estrangeiros, cismontanos e ultramontanos, respectivamente<sup>9</sup>. Bolonha surgiu devido a uma necessidade do Imperador e do Papa de centralizar o poder em um único titular de forma forte e hierarquizada<sup>10</sup>.

Os saberes ali ensinados (ainda não se pode referir a eles como ciência) formaram um novo estamento – juristas – e vão contribuir para a formação do poder – *jurisdictio* – seja o do Papa e para o Imperador, o que leva a um conflito constante. Desse conflito, tal qual aconteceu em Bolonha, surgiram outras universidades, tal foi o caso de Pádua, fundada em 1222.

Assim também ocorreu com Cambridge, fundada em 1209 com emigrantes de Oxford. Porém, dar-se-á ênfase às influências européias continentais.

Há uma distinção entre os modelos, como explicam Verger e Charle:

---

<sup>8</sup> CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Universidade Estadual paulista, 1996. p. 15.

<sup>9</sup> O nome referia-se aos Alpes, por isso também são denominados por alguns autores por transalpinos ou cisalpinos.

<sup>10</sup> MORA, Adela. **De las Universitas scholarum a la universidad liberal**. Palos de la Frontera – Espanha, 2007. Notas de aula do módulo Universidad y Enseñanza del Derecho, Maestría em Teoría, Historia y Comparación Jurídicas, Universidad Internacional de Andalucía.

Na região norte da Europa (Paris, Oxford), as universidades eram antes de tudo associações de mestres, ou, se quisermos, federações de escolas. [...] Nas regiões mediterrâneas, as universidades foram antes de tudo associações de estudantes, das quais os mestres eram mais ou menos excluídos. A disciplina mestra era o Direito, secundariamente a Medicina, o que implicava haver alunos com uma média de idade mais avançada e com um nível social mais elevado.<sup>11</sup>

O ensino do direito é a motivação da mudança dos estudos dentro da catedral, para outros centros. Há a necessidade de buscar o fundamento jurídico para o poder geral, busca de homogeneizar o poder sobre todo o território, em função do período histórico na Europa há uma tendência à centralização do poder, à constituição de reinos fortes e unificados.

Sobre o ensino jurídico dessa época é possível dizer que o modelo romano, o ensino da Retórica, passa a ser juridicamente usado através do Direito Romano. Há o exemplo de Irnerio<sup>12</sup> que fazia uso de textos do direito romano, apropriados do latim, como fonte de soluções jurídicas. Na verdade, conforme a crítica, o que foi feito nesse momento foi direito medieval e não um resgate do direito romano. O direito romano foi disperso depois do fim do império romano. O que se deu foi a investigação para o ensino, porque o que se conhecia não era suficiente devido a forte base consuetudinária.

Mas havia exceções como Nápoles, fundada em 1224 por Frederico II. Além de, distintamente das outras, ter sido fundada por ato administrativo soberano e inovador ao prover sustento público dos professores, a matéria principal ali ensinada é o direito do Reino, a constituição imperial. Evidentemente, em resposta a uma necessidade.

Nesta seara o *studium generale* de Lisboa, que deu origem a Universidade de Coimbra foi criado por D. Dinis, um sinal de que a criação dos estudos superiores passara do surgimento espontâneo e corporativo para a fundação oficial<sup>13</sup>.

A chave para entender as transformações desse momento, como explica o professor Aldo Mazzacane<sup>14</sup>, da Universidade de Nápoles, é reconhecer a

---

<sup>11</sup> CHARLE, C.; VERGER, J. Op. cit. p. 18.

<sup>12</sup> Conhecido como iniciador da tradição dos glosadores, no entanto, pouco se sabe dele, pois os testemunhos tendem a confundir um Irnerio ativo em Bolonha entre os séculos XI e XII e outro de alguns anos mais tarde. LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 117.

<sup>13</sup> Ibid. p. 107.

<sup>14</sup> MAZZACANE, Aldo. **Modelos y sistemas universitarios**. Palos de la Frontera – Espanha, 2007. Notas de aula do módulo Universidad y Enseñanza del Derecho, Maestría em Teoría, Historia y Comparación Jurídicas, Universidad Internacional de Andalucía.

passagem de uma cultura primordialmente oral para um direito escrito. O contexto jurídico de Bologna era consuetudinário, de influência romana, germânica e visigoda. Já o direito romano estava preso ao latim, à cultura oral, que dependia dos recursos mnemônicos para sua perpetuação o que permite um número limitado de operações se não é ritualizado, se não se acompanha de uma simbologia ritual. O texto escrito se comunica com outras comunidades, pode ser comparado, estudado. O direito passa então a ser feito de escrituras, de documentos, de arquivos (principalmente dos monastérios) com a conseqüência de poder ser estudado<sup>15</sup>.

Ainda, Lopes relaciona o início do ensino do direito a variedade de regramentos jurídicos existentes ao mesmo tempo no medievo, o particularismo jurídico ou pluralismo jurídico, segue o autor:

Não há, nesse tempo de Europa Medieval, um Estado centralizado suficientemente forte para pretender qualquer monopólio de poder militar ou jurídico. Sem exércitos nacionais, nada de direito nacional. Sem burocracia, nada de cortes de justiça uniformes. Assim, o ambiente normativo é plural: costumes diversos de região para região, de localidade para localidade; numa sociedade estamental e de ordens, também regras diversas para diversos estamentos.<sup>16</sup>

O legado de Bolonha foi a definição do direito como estudo principal e independente. Nasce o direito como saber especializado, como tarefa de jurista. Bologna nasce sobre o texto justinianeus, estudado por juristas. O direito passa a ser feito na faculdade de direito, não é de todos, mas é do grupo que ensina e do grupo que estuda. Nas palavras de Lopes:

A influência da escola de Bolonha será necessariamente mais do que prática e imediata. Será cultural. Os seus alunos não se transformarão apenas em juizes, mas vão influir na cultura jurídica. Não influem sempre e diretamente na aplicação prática do direito, mas serão divulgadores, pensadores hegemônicos das questões jurídicas e políticas e criadores deste campo autônomo do saber na Europa.<sup>17</sup>

Assim o modelo de Bolonha pode ser definido como estudos específicos para o ensino do direito, o ensino do direito como principal, como saber especializado a

---

<sup>15</sup> MAZZACANE, Aldo. Op. cit.

<sup>16</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 100.

<sup>17</sup> Ibid. p. 119.

cargo de juristas<sup>18</sup>. Durante muito tempo repercutiu a influência de Bolonha e a faculdade de direito era hierarquicamente superior a outras. Teologia e Medicina, que até então considerada um saber muito mais prático que acadêmico, vinham em segundo lugar. Isso representa uma hierarquia real, já que formalmente, Teologia deveria sempre superar as demais. De menor prestígio a faculdade de Artes (letras e filosofia).

No século XV já havia mais de setenta *studia generale*. A expansão das universidades se deu por toda a Europa, desta vez, porém, as universidades já surgiam fruto da articulação política, do príncipe, da cidade e com a confirmação papal. Essa outorga oficial implicava reconhecer que estes *studia* detinham privilégios e jurisdição especial. O *Habita* era o reconhecimento do Imperador para que a *universitas* tivesse jurisdição própria, exercida pelo Reitor sobre os alunos, sobre pleitos em que as duas partes pertencessem ao grupo de estudantes. Casos civis e penais leves ficavam a cargo da sentença do Reitor, mas ainda havia uma série de decisões que dependiam da *universitas scholarum*, ou seja, a cargo dos estudantes. Essa jurisdição privilegiada, não representava uma exceção no período medieval, mas era uma forma de qualificar as *universitas*, distinguindo-as e dotando-as de um *status* diferenciado do que os centros particulares.

Além da jurisdição especial o conflito com os municípios era resultado das universidades representarem um estamento novo, um grêmio que, no entanto, não se dedicava a nenhuma produção ou comércio.

Quanto aos alunos formados por essas universidades, estes normalmente voltavam a ensinar, mas também ocuparam cargos públicos, administrativos, burocráticos. Um fator que chama atenção é que a nobreza nunca foi expressiva dentro dos quadros universitários, freqüentemente não superavam 5% da população universitária<sup>19</sup>. Assim como os estudantes mais pobres não eram representativos, o que leva a concluir que a maioria dos estudantes advinha de uma classe média urbana e abastada, para os quais o grau representaria uma forma de prestígio e ascensão social.

Apesar de períodos de queda drástica no número de alunos, as contínuas controvérsias entre as cidades resultavam em espaço para os profissionais, necessidade de técnicos.

---

<sup>18</sup> MORA, Adela. Op. cit.

<sup>19</sup> CHARLE, C.; VERGER, J. Op. cit. p. 28.

As graduações concedidas representam um dos aspectos que permaneceu por séculos em universidades de todo o mundo, a saber, o Bacharelado que era concedido por um catedrático e habilitava para exercer a profissão; a Licenciatura, feita em cinco anos a mais de ensinamentos extras e avaliação por todos os doutores da universidade a qual permitia o exercício da docência; e, o Doutorado: grau honorífico que não habilitava a nada mais.

Em Bolonha a avaliação e concessão do grau em direito se davam por dois exames. O primeiro, *examen privatum* (exame propriamente dito) e o *conventus publicus* ou *doctoratus*<sup>20</sup>.

Quanto ao método, o professor Mazzacane<sup>21</sup> explica que o ensino se dava através de textos escritos, o direito não é mais um saber oral, mas se fundamenta nas criações dos juristas bolonheses como o *Corpus Iuris Civilis*. O *Corpus Iuris* se dividia em *Institutiones*, *Codex* (fragmentos de leis), *Digesto* ou *Pandectas* (peças de doutrina). As cadeiras lecionadas eram Direito romano (privado) e Direito canônico. O Direito feudal, o *ius commune*, não aparece nos planos de estudo da Idade Média. Durante as aulas, chamadas lições, era feita a leitura dos textos mencionados fazendo uma análise escolástica<sup>22</sup>, baseada em distinções. Neste momento ensinar significa expor verdades prévias, era algo semelhante ao ensino teológico. Havia, portanto, a idéia da revelação de uma verdade anterior e superior. Apesar da transição a tradição escrita, a difícil aquisição de livros, deixa boa parte da comunicação com uma parcela muito alta de oralidade.

Lopes descreve brevemente como se davam as lições, após a leitura e a conferência da cópia que os alunos possuíam, “passava-se à discussão propriamente dita, que seguia seus ritos. O respeito ao texto fez com que a primeira abordagem fosse predominantemente exegética gramatical. A glosa, explicação do texto, é quase uma ‘tradução’ para o leitor”.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 109.

<sup>21</sup> MAZZACANE, Aldo. Op. cit.

<sup>22</sup> O método escolástico compreendia algumas características como o uso de autoridades, leituras e oralidade. “Em todas as disciplinas, o ensino repousava em um pequeno número de ‘autoridades’, textos de base, famosos por conter, se não todo o saber, pelo menos os princípios gerais sobre os quais todo conhecimento posterior deveria basear-se” (CHARLE, C.; VERGER, J. Op. cit. p. 34). As fontes eram basicamente a Bíblia na teologia, o *Corpus juris civilis* e *juris canonici* no direito e as obras Aristotélicas na filosofia e lógica. A leitura no método escolástico era completada pela “disputa”, um debate acerca do texto lido. Em parte pelo preço dos livros, em parte pela falta de biblioteca, a cultura escolástica foi predominantemente oral.

<sup>23</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 110.

Observa Lopes que a apropriação dos textos romanos gerava um conflito direto entre o conteúdo dos textos antigos, reverenciados justamente por terem sido resgatados da Antiguidade e o contexto social e político medieval.

(...) a abordagem dos textos, sobretudo dos jurisconsultos, isto é, do Digesto, fazia-se num contexto completamente distinto daquele em que foram originados. Na Bolonha do século XI ou XII, pouco havia de comum com a Roma clássica: a jurisdição e o aparelho de aplicação do direito eram completamente distintos; a base material da sociedade havia mudado, transformando a ordem escravocrata de Roma num regime feudal de servidores e apropriação diferenciada da terra; o regime político era outro, no qual a confederação de cidades que caracterizava o império romano cedera lugar a uma descentralização extrema da vida civil, sem que fosse possível estabelecer a hegemonia de qualquer cidade e de seu regime sobre as outras (...).<sup>24</sup>

De acordo com essa mentalidade de revelação como função do ensino, as glosas serviam a este propósito na medida em que tinham, ao se debruçarem sobre os textos romanos, a crença na imutabilidade da lei. As Glosas não explicavam apenas os termos e instituições jurídicas. Era um material originalmente transmitido pela oralidade, mas tornavam-se escritas pelas cópias dos alunos. Até o ponto em que o grande número de glosas motivou Accursio a reuni-las na Glosa Magna ou Gran Glosa que continha cerca de noventa mil glosas e se tornou livro de referência de significados e interpretação. Na verdade, como explica Martínez Neira<sup>25</sup>, o momento era de falta de autoridade política – que era buscada nos textos romanos.

Ao final do século XV, na Itália, surgem as primeiras academias, centros de socialização de ricos e eruditos que não concediam graus, mas que, na maioria das vezes, contavam com o apoio real. Sua verdadeira profusão se dá no século XVIII. “Normalmente, as academias não organizavam ensino, mas, por se constituírem lugar de sociabilidade erudita e instituições científicas (graças a suas coleções e bibliotecas), elas substituíram em grande medida as universidades no duplo papel que estas tinham mantido durante a Idade Média, de conselheiras do príncipe e de instâncias legitimadoras do saber”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Ibid. p. 102.

<sup>25</sup> NEIRA, Manoel Martínez. **El estudio Del derecho**: la experiencia hispánica. Palos de la Frontera – Espanha, 2007. Notas de aula do módulo Universidad y Enseñanza del Derecho, Maestría em Teoría, Historia y Comparación Jurídicas, Universidad Internacional de Andalucía.

<sup>26</sup> CHARLE, C.; VERGER, J. Op. cit. p. 65.

A partir desse momento histórico, com a centralização do poder e o fortalecimento das monarquias as universidades passam a representar um centro de poder com jogos próprios, entre as corporações de alunos, de professores e de administradores. Desse modo, a partir do século XVI principalmente as bulas papais foram substituídas pelos decretos reais. A influência da Igreja foi reduzida, porém jamais chegou a desaparecer.

Conforme a influência da Igreja é reduzida nas universidades, ela continua presente nos Colégios Maiores, instituições normalmente fundadas por mecenas cristãos desde o início do século XV, surgem destinados ao ensino teológico. Esses colégios mais tarde serão um problema para as monarquias, tornaram-se um centro de poder pertencente apenas a Igreja.

A colonização da América implantou universidades desde meados do século XVI, ao menos na América espanhola com as fundações de São Domingos em 1538 e Lima e México em 1551. As universidades nas colônias espanholas quase sempre eram administradas por ordens religiosas, fundadas por decreto real. Na América de colonização inglesa, as primeiras universidades tinham a forma de colégios (*colleges*) e foram Harvard em 1636, Williamsburg em 1693 e Yale em 1701<sup>27</sup>. Em contrapartida, no Brasil, não foi fundada nenhuma universidade durante todo o período colonial.

O século XVI é marcado pela redução na possibilidade de mobilidade estudantil outrora tão comum. Isso se deve, segundo Adela Mora<sup>28</sup>, a fatores como a conformação territorial da Europa, o aumento de centros de estudo e as guerras religiosas, sempre determinantes de rotas permitidas ou proibidas, por exemplo, Felipe II proibiu seus nacionais de estudarem em lugares de religiões reformadas.

A universidade tinha uma função de reconhecimento social, de posicionamento social não obtido de outro modo. Afirmam Charle e Verger<sup>29</sup>: “O grau universitário valia antes de tudo como alvará de integração social, gesto de subordinação à ordem política imposta”. A outorga dos graus era um ato com um conteúdo muito mais simbólico do que um reflexo do aprendizado, as constantes fraudes nos exames eram normalmente relevadas, ainda segundo os mesmos autores, essa situação era comum e freqüente principalmente nas faculdades de

---

<sup>27</sup> Ibid. p. 42.

<sup>28</sup> MORA, Adela. Op. cit.

<sup>29</sup> CHARLE, C.; VERGER, J. Op. cit. p. 61.



Direito a partir de meados do século XVII. As práticas de vendas de graus foram, eventualmente, reprimidas, porém não por corrupção, mas porque a monarquia pretendia controlar quem teria acesso ao grau.

A emergência de um direito natural racionalista tinha caráter progressista, acompanhado de uma idéia de justiça que não se relacionava com o direito ensinado até então. É a introdução de uma nova mentalidade, o direito é panorâmico, já não é casuístico. A mudança de racionalidade claramente se reflete no ensino, passa-se ao estudo da ciência natural do direito – manuais e exames a cada curso.

No método, o direito medieval subordina-se a um enfoque filosófico-metafísico, de corte aristotélico. Isto quer dizer que a pergunta do jurista medieval quando depara com o problema jurídico é pela natureza do instituto. Quer conhecer pela essência, pela regra de razão para decidir. Pergunta-se pelas causas (formal, material, final, eficiente) e pergunta-se sobretudo pelo direito natural e pela natureza das coisas. Ora, o direito natural é o permanente, enquanto as leis podem ser contingentes.<sup>30</sup>

Os manuais de direito introduzem o método indutivo no ensino, há uma tendência a uniformidade. Mesmo com a utilização de diferentes manuais, os planos de estudo eram muito parecidos entre si.

A universidade medieval começa a entrar num período de crise a partir do século XVI, dentre os motivos da diminuição da força das universidades está a Reforma, muitos professores dissidentes são perseguidos. O debate teológico domina as universidades, tanto nos países católicos como nos reformados<sup>31</sup>. Ainda se inicia o movimento de fortalecimento dos estados nacionais e conseqüentemente os juristas careciam de conhecimento do direito pátrio, o direito universal perde seu *status* de protagonista.

Com o crescimento da ordem nacional soberana, muito do direito romano – objeto essencial de uma cultura jurídica universitária que tomava o texto como objeto de razão universal – tende a perder importância. Ao lado do direito romano, os juristas precisam cada vez mais inteirar-se do direito nacional, pátrio, régio ou costumeiro, fruto da vontade ou da tolerância do

---

<sup>30</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 115.

<sup>31</sup> Ibid. p. 194.

soberano. Cada vez mais é preciso ser treinado como funcionário letrado da incipiente burocracia estatal nacional.<sup>32</sup>

Esquemáticamente a glosa predomina entre os séculos XII e XIII, com ênfase a um jusnaturalismo, que, no entanto, seria melhor definido como um direito costumeiro, pretensamente atemporal. Para tanto, faz sentido o estudo do Direito Romano, que promove a idéia de continuidade. Entre os séculos XIII e XIV, pode-se verificar uma transição para a predominância dos comentaristas, enquanto que nos dois séculos seguintes há a emergência do humanismo jurídico, na forma e com a prevalência do *mos gallicus* (modelo francês) sobre o *mos italicus* (modelo de Bolonha).

Essa transição faz crescer em importância as academias sobre as universidades. Enquanto a universidade mais e mais se submete a um poder soberano, regulada por um poder real, as academias surgem como espaços de diálogo e pesquisa de pessoas já educadas, e que, no século XVII emergem como “centro de produção de cultura”<sup>33</sup>.

No século XVIII há crescente intervenção da monarquia, não apenas controle, mas efetiva atividade dentro das universidades. O Estado Moderno tinha uma grande necessidade de burocratas. Apesar da formação de um Estado laico, cujo objetivo era ter um grupo de formados obedientes ao rei, a estrutura institucional estava sob controle da Igreja. A universidade adquire um novo significado, não há mais corporações, mas há uma identificação do grupo universitário, são dessa época os símbolos como cores, bandeiras e trajes, por exemplo.

As condições de inscrição e as durações dos estudos, assim como as modalidades de exame, foram fixadas com minúcia. O próprio conteúdo dos ensinamentos foi algumas vezes especificado e o exercício dos privilégios pessoais dos estudantes cuidadosamente limitado; as antigas ‘nações’ estudantis perderam toda importância<sup>34</sup>.

Assim, observa-se uma transição entre o período da Ilustração e a busca por um direito natural, universal, e o Liberalismo com a ênfase no nacional, é também a época da codificação. O Estado Liberal, em termos gerais, representou, para o

---

<sup>32</sup> Ibid. p. 194.

<sup>33</sup> Ibid. p. 195.

<sup>34</sup> CHARLE, C.; VERGER, J. Op. cit. p. 45.

ensino do direito, a estatização do ensino superior. O liberalismo se manifesta em disciplinas letradas, que mantinham, no aspecto ideológico, o sistema.

As mudanças daí derivadas trouxeram a tona um novo modelo de jusnaturalismo, um modelo dividido entre o apego de alguns juristas ao bartolismo enquanto outros vão se dedicar a estabelecer as regras e princípios do direito natural, um direito universal, impessoal e abstrato, como adjetiva Lopes<sup>35</sup>.

O direito natural moderno, por assim dizer, é um direito ensinado como um conjunto de princípios a partir dos quais os alunos devem compreender os casos concretos, não é mais um estudo casuístico, portanto.

Esta oposição entre teoria e prática, de extrema importância para a ciência jurídica, tem longa tradição na cultura ocidental. Embora o texto de Lino Coutinho seja muito breve, ele se insere dentro de uma concepção do senso comum que, por sua vez, reflete certas tradições da cultura portuguesa e europeia. O parlamentar fala, assim, de “operações meramente teóricas”. Até à reforma pombalina (1759) o ensino em Portugal se subordinara às linhas estabelecidas pela *Ratio Studiorum*<sup>36</sup>, cuja forma definitiva é dos começos do século XVII e que sintetiza as experiências pedagógicas dos jesuítas. Esta regulamentação dava aos estudos superiores uma orientação eminentemente escolástica, de sentido dogmático, onde o ensino devia limitar-se a textos previamente determinados e à exposição e comentários das opiniões dos doutores reconhecidos, especialmente Aristóteles e Santo Tomás. Os estudos superiores eram, assim, nitidamente formalistas, marcando até mesmo a reação que ocorreu em meados do século XVIII. Esta reação sofreu influência do cartesianismo, do empirismo e do ecletismo. O primeiro, mais pela divulgação das concepções físicas que pelo racionalismo do método; o segundo, pelo desapareço da problemática tradicional (teologia e filosofia), e o terceiro, pela liberdade de opinião. Conservou-se, porém, o espírito da escolástica, onde os conhecimentos eram desvinculados da realidade circundante e a lógica visava a preparar o estudante para disputas retóricas e de sentido ornamental. Assim, mesmo um dos seus maiores críticos, como Luiz Antonio Verney, embora ardoroso defensor da física quantitativa, recomendava que o estudante comesse pelos “princípios universais”. Isto indicava, como observa Joaquim de Carvalho, um profundo verbalismo do saber científico.<sup>37</sup>

Sobretudo, há que se ponderar que ainda que algumas cátedras pareçam inovadoras, e, por vezes o são, a inventividade não nasce de uma necessidade acadêmica, mas reflete os movimentos políticos ao redor das universidades. Por

<sup>35</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 198.

<sup>36</sup> *Ratio Studiorum*: publicada em 1559 pelo Padre Geral Cláudio Aquaviva, corpo de regras pedagógicas da Companhia de Jesus.

<sup>37</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A criação dos cursos jurídicos e a concepção de ciência do direito**. In: Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978. p. 169.

exemplo, na Espanha, a cadeira de “Elocuencia y Jurisprudencia mercantil” surgiu no terceiro período revolucionário, em 1836, ou seja, na vigência da Constituição Liberal de Cádiz. Assim, a ideologia liberal influi sobre a confecção dos programas, tanto no Brasil como na Europa. No caso espanhol, foi o terceiro momento de vigência da Constituição de Cádiz, a primeira a incluir direitos liberais de cunho individual. No Brasil, a Faculdade de São Paulo viria a se tornar foco dos liberais no país, a própria exclusão do direito romano, bem como a mudança significativa do que se constituiu o curso de Leis em Portugal principalmente a partir da Reforma Pombalina representa também a estreita relação entre política e ensino.

## 2.1 PORTUGAL

Em Portugal, como já mencionado, o *studium generale* de Lisboa foi criado em 1290<sup>38</sup> por D. Dinis. Em 1308 foi levado a Coimbra, já como Universidade, composta por cadeiras e não por faculdades e conduzida pelo modelo bolonhês. Até o século XVI, outros translados entre Lisboa e Coimbra. Em 1431, estão presentes os graus de bacharel, licenciado e doutor.

Foi somente em 1537 que D. João III transferiu a universidade em definitivo para Coimbra, aumentando o prestígio da universidade e atraindo professores formados no exterior. O prestígio da universidade portuguesa na Europa até então não era grande, havia, como houve do Brasil para Portugal séculos depois, um grande fluxo de alunos que se deslocavam para estudar em outros países, em especial, no caso português, para Salamanca.

D. Manuel I foi o primeiro a conceder estatutos a universidade, que sofreram poucas modificações significativas no reinado de D. João III e D. Sebastião. No reinado de Filipe I, foram promulgados os Estatutos Filipinos em 1598, os quais vigoraram até 1772, na Reforma Pombalina. Estes ficaram conhecidos como os “Estatutos Velhos”, em oposição aos “Estatutos Novos” de Pombal.

---

<sup>38</sup> Na verdade, a data é certamente entre 1288 e 1290, opta-se por 1290 pela existência da Carta de 1 de março de 1290 que reconhece a existência do Studium Generale. Disponível em [http://www.uc.pt/fduc/faculdade/a\\_nossa\\_historia/historia\\_1](http://www.uc.pt/fduc/faculdade/a_nossa_historia/historia_1). Acesso em 15/10/2009.

O magistério do direito, segundo os “Estatutos Velhos”, dividia-se entre as duas Faculdades jurídicas existentes: a de Cânones, onde se dava a conhecer o Corpus Iuris Canonici, e a de Leis, onde se explicavam os preceitos contidos no Corpus Iuris Civilis. A Faculdade de Cânones compreendia sete cadeiras que faziam ressaltar a importância atribuída ao estudo das Decretais. Na Faculdade de Leis, o elenco das oito cadeiras professadas constituía uma projecção exacta das diferentes partes em que a Escola dos Glosadores sistematizara a compilação justinianeia. Não era menos notória a interferência da Escola Bartolista no esquema de ensino adoptado por ambas as Faculdades jurídicas. Certos passos do Corpus Iuris Civilis ou do Corpus Iuris Canonici eram lidos, analisados e comentados, sem nunca esquecer um minucioso cotejo das opiniões expressas pelos doutores mais ilustrados.<sup>39</sup>

Venâncio Filho destaca a observação que faz Antonio Ribeiro Sanches acerca da educação portuguesa antes das reformas pombalinas: “A figura do bacharel em letras, formado nos Colégios dos jesuítas a partir de 1582 seria, assim, o precursor do futuro bacharel em direito da época da independência”.<sup>40</sup>

Em Portugal em 1772 deu-se a Reforma Pombalina. Carlos Guilherme Mota esboça a situação que antecedeu a reforma em Portugal, já com D. Luís, os líderes portugueses tomavam consciência do atraso português frente às demais nações europeias. “Lições da Holanda, pressões do capital”<sup>41</sup>, diz o autor ao se referir às críticas de D. Luís às posturas antiquadas da Igreja bem como a seu alto domínio dentro do Império Luso-Brasileiro. Foi através da Reforma Pombalina que disciplinas como “História Civil das Nações e das Leis para Elas Estabelecidas” e “Direito Natural” tomaram posição de disciplinas propedêuticas no tanto no curso de Lei como no de Cânones. Do mesmo modo, em ambos os cursos, foi introduzido no último ano, a cadeira de Direito Pátrio.

Mas talvez a mudança mais significativa da Reforma foi a mudança de método. Agora não mais dependia do arbítrio do professor, mas era imposto pelos estatutos o método alemão, designado “sintético-demonstrativo-compendiário”.

O professor devia proporcionar uma imagem geral da disciplina através da redução da matéria a um conjunto doutrinal ordenado e sistemático, subordinando a evolução expositiva a uma linha de crescente

<sup>39</sup> Disponível em [http://www.uc.pt/fduc/faculdade/a\\_nossa\\_historia/historia\\_2](http://www.uc.pt/fduc/faculdade/a_nossa_historia/historia_2). Acesso em 15/10/2009.

<sup>40</sup> SANCHES, Antonio Ribeiro. Apud VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: perspectiva, s.d. p. 5.

<sup>41</sup> MOTA, Carlos Guilherme. **Os juristas na formação do estado-nação brasileiro**. In. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978. p. 47.

complexidade. Este método encontraria apoio na elaboração de manuais adequados, sujeitos a aprovação oficial.<sup>42</sup>

Além da introdução dos compêndios a serem submetidos a aprovação real e que seguiriam uma ordem racional, pretendia-se que toda a legislação também deveria ser governada pela racionalidade, o exemplo mais marcante em Portugal é a Lei da Boa Razão de 1769.

Ainda as mudanças na universidade, incluindo a mudança no programa levavam a um direito natural como base e disciplinas ao redor desta. Dentre elas, a História do Direito, que tinha por finalidade “demonstrar que o direito romano correspondia a situações distintas da situação nacional”.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Disponível em [http://www.uc.pt/fduc/faculdade/a\\_nossa\\_historia/historia\\_3](http://www.uc.pt/fduc/faculdade/a_nossa_historia/historia_3). Acesso em 15/10/2009.

<sup>43</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 210.

### 3 OS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL

A independência e a construção da autonomia do Brasil na primeira metade do século XIX compõem o plano de fundo da criação dos cursos jurídicos. Um Brasil já politicamente emancipado, porém, ainda em muitos aspectos colonial. A cultura jurídica do período era marcada pelo liberalismo.

O liberalismo que dominou o cenário político e culturas dos primeiros anos de independência não deve ser confundido com o liberalismo norte-americano. Era, em apertado resumo, o liberalismo do *laissez-faire*. A motriz do liberalismo desse período era a luta contra o colonialismo, contra os monopólios dele advindo, contra a administração e a justiça feitas àquela maneira. Joaquim Arruda Falcão Neto aponta, no entanto, que o liberalismo aqui implantado e de larga influência nos cursos jurídicos era fundamentalmente, católico apostólico romano, ou seja, estruturado na concepção jusnaturalista do Direito<sup>44</sup>.

Pode-se dizer que o processo de independência durou de 1821 a 1831, até a abdicação de D. Pedro I nesta data, o liberalismo tinha aquelas características. Conforme se consolidava a soberania brasileira, os liberais passaram da divisão dos primeiros anos entre absolutistas e liberais, para moderados e exaltados, para mais tarde, dividirem-se entre conservadores e liberais.

Porém, é preciso fazer a ressalva de que a independência foi um processo sentido por poucos, sem interferência prática imediata sobre a maioria da população, conforme explica Buarque de Holanda:

Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. [...] A fermentação liberalista que precedeu à proclamação da independência constitui obra de minorias exaltadas, sua repercussão foi bem limitada entre

---

<sup>44</sup> FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. **Os cursos Jurídicos e a formação do Estado Nacional**. In. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978. p. 87.

o povo, bem mais limitada, sem dúvida, do que querem fazer crer os compêndios de história pátria.<sup>45</sup>

Era um momento de instabilidade política, com a composição e dissolução da Constituinte e posterior outorga da Constituição. No qual “o núcleo de comando político restringira-se ao círculo íntimo que cerca o imperador, lisongeando-o. [...] D. Pedro I impera por meio de seus ministros, servos de sua vontade e capricho, reduzido o Conselho de Estado a inexpressivo apêndice do soberano.”<sup>46</sup> Não há, prossegue Faoro, entre o imperador e a reduzida opinião pública um órgão intermediário, capaz de moderar as pressões advindas do poder imperial ou da população. As diversas mudanças de ministério evidenciam a instabilidade política. Ainda nas palavras de Faoro, “a linha adotada por dom Pedro, que se irradia desde a dissolução da Constituinte, desgastara o carisma da Independência”. E foi justamente nesse contexto, em 1823, que a primeira tentativa de criação legislativa dos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda fracassou, emersa em meio à dissolução da Constituinte.

O Brasil atravessa a primeira metade do século XIX dividido por conflitos e tentativas de secessão, muito especialmente o período da regência. Só após 1848 (Revolução Praieira), cessam as tentativas de revolta. Mesmo assim, considera-se que a centralização monárquica foi suficientemente forte para dar estabilidade ao país. Uma estabilidade que conseguiu adiar sempre algumas reformas importantes, dando afinal o ar da crise latente e crônica.<sup>47</sup>

A dependência de Coimbra para a formação dos bacharéis era também um motivo para a criação de cursos jurídicos aqui no Brasil. Ainda assim, a geração de juristas formada nacionalmente só começou a aparecer no cenário legislativo brasileiro com mais força na segunda metade do século XIX.

Esta em vigor também a primeira carta constitucional, outorgada em 1824. Sobre esse período, Faoro explica:

[...] o regime colonial não se extingue, moderniza-se; os remanescentes bragantinos se atualizam, com a permanência do divórcio entre o Estado, monumental, aparatoso, pesado e a nação, informe, indefinida, inquieta.

<sup>45</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. Op. cit. p. 160-161.

<sup>46</sup> FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. p. 339.

<sup>47</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 258.



Uma ordem metropolitana, reorganizada no estamento de aristocratas improvisados, servidores nomeados e conselheiros escolhidos, se superporia a um mundo desconhecido, calado, distante.<sup>48</sup>

Nesse período da história brasileira todo o aparato e as instituições jurídicas e políticas que se encontram constituídas foram criadas e organizadas aos moldes portugueses. O Brasil é dotado de um modelo de organização judiciária e administrativa que lhe é alheio.

O Brasil nascia, neste sentido, com seus cordões umbilicais diretamente ligados à Europa, mas as disputas mostravam também que o saber e a cultura assimilada fora podiam ser utilizados, como de fato o foram num contexto próprio. Nestes termos, mesmo a propósito de um tema abstrato como o que propusemos, é possível observar que, com uma população predominantemente de origem européia, o País pôde, desde cedo, assistir à transferência de modelos, quer na metrópole portuguesa, quer de outros centros europeus, que logo se localizaram no âmago das disputas culturais, o que, de algum modo reforçou os valores sociais básicos da nação nascente.<sup>49</sup>

A história do ensino jurídico no Brasil é tardia. Somente se inicia no século XIX, com o decreto de 11 de agosto de 1827. É um momento pós-independência, escravista ainda, imperial. O objetivo primeiro era formar um quadro de burocratas a serviço do novo império. Porém, uma contradição é evidente neste período, a Independência simbolicamente representava um distanciamento de Portugal, porém as condições desse processo e a política implantada no Brasil recém-independente demonstram que os moldes ideológicos dos cursos jurídicos eram idênticos aos de Coimbra. Não obstante, a aristocracia rural que pretendia preencher os quadros administrativos do governo com seus filhos, quando podia, continuava a enviá-los para a Europa. Segundo estimativas, formavam-se em Coimbra no século XVII, 354 brasileiros, número que saltou para 1.752 no século XVIII, somente entre 1781 e 1822 foram 339<sup>50</sup>.

Venâncio Filho<sup>51</sup> esclarece que, não havia na realidade meios de se distanciar tanto assim da antiga metrópole, pois, a própria Assembléia Constituinte que criou os cursos de direito era formada por uma pequena elite advinda de Coimbra. Em contrapartida, havia sim o *interesse* em se distanciar da antiga

<sup>48</sup> FAORO, Raymundo. Op. cit. p. 331.

<sup>49</sup> FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Op. cit. p. 177.

<sup>50</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 8.

<sup>51</sup> Idem.

metrópole como explica Lilian Schwarcz: “Assim, antes de técnicos especializados, mestres de erudição inquestionável, o que se pretendia formar era uma elite independente e desvinculada dos laços culturais que nos prendiam à metrópole européia”<sup>52</sup>, para a autora se tratava então de compor uma *intelligentsia* local.

Quanto à finalidade primeira da criação dos cursos jurídicos no Brasil, a maioria dos historiadores reconhece ser a necessidade de formar burocratas para executar as tarefas administrativas do novo Estado.

As escolas de direito, ou melhor, os cursos jurídicos, são explicitamente criados para prover o Império de quadros capazes de compor as carreiras burocráticas ou fazer aplicar as leis nacionais. Assim, o jurista nasce no Brasil diretamente para fazer com que o Estado nacional atinja a capilaridade desejada.<sup>53</sup>

No entanto, há quem veja uma função primordial a esta:

Neste contexto, duas funções específicas são confiadas às Faculdades. A primeira, bem mais complexa e menos evidente situa-se ao nível cultural-ideológico. As Faculdades de Direito constituíram-se nas primeiras instituições responsáveis pela sistematização teórica, ou científica, como então entendiam, da nova ideologia político-jurídica, o liberalismo, a quem se confiava a integração ideológica do Estado Moderno que a elite projetava. A segunda, mais perceptível, nem por isso menos importante, tratava de operacionalizar essa ideologia. Vale dizer, formar os quadros para a gestão do Estado nacional.<sup>54</sup>

No mesmo sentido:

[...] as elites políticas brasileiras sempre viram o Estado como entidade de apoio às suas próprias posições e, mais que isto, que deveria absorver os seus quadros e garantir a sua formação. Desta forma, e por esta razão, ela não sobrevive independentemente do Estado que, ao mesmo tempo, atrofia o seu crescimento e dificulta a sua autonomia. Este fato pode tornar-se mais grave a partir do momento em que o Estado brasileiro tem uma proposta doutrinária que antecede à sua própria formulação; ou, mais explicitamente: este Estado tinha uma linha imperial que não era a sua própria linha.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 142.

<sup>53</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 207.

<sup>54</sup> FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. Op. cit. p. 69.

<sup>55</sup> BASTOS, Aurélio Wander. **O Estado e a formação dos currículos jurídicos no Brasil**. p In. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978. p. 28.

No entanto, é evidente que a carreira de bacharel em si não era tão atrativa quando as possibilidades políticas que ela abria.

Se o recrutamento dos bacharéis se fazia sobretudo na elite econômica do País, não há de ser para cargos que não os superiores da burocracia do Estado nacional. Vale dizer: não se destinam os Cursos Jurídicos a formar quadros intermediários ou inferiores. Muito menos os quadros burocráticos provinciais. A ambição é maior. Trata-se da elite burocrática. A elite política e administrativa vinculada ao Poder Central, prelúdio da burocracia federal<sup>56</sup>.

Falcão Neto<sup>57</sup> conclui que a criação dos cursos jurídicos inaugura o Estado nacional com características que se repercutirão mais tarde na história brasileira. De um lado, há interesses superiores aos interesses da elite, como a necessidade de “reaparelhar jurídico-politicamente o novo Estado soberano”. Enquanto que, por outro, os interesses dessa mesma elite são favorecidos, privilegiando-a na formação da estrutura burocrática brasileira.

Ainda, aqueles que criaram os primeiros cursos jurídicos são fruto da Universidade de Coimbra reformada, assim o modelo adotado seria o mesmo, pois era a representação do que essa geração de legisladores e juristas entendiam por curso jurídico e por direito<sup>58</sup>.

Entre essa tensão, o Brasil e sua cultura jurídica devem se constituir num contexto político em que há um Estado oligárquico e autoritário, um contexto econômico baseado no latifúndio e na monocultura e um contexto social de exclusão e de prevalência de trabalho escravo (o que vai perdurar até 1888)<sup>59</sup>.

Assim, dentro desse contexto, perde sentido a tentativa de Adorno em opor ou confrontar a ‘academia formal’ com a ‘academia real’. Na verdade não havia uma dualidade de academias; as escolas de direito do Império (tanto em São Paulo como em Recife) tinham um só significado (ou conjunto de significados), que comportavam a um só tempo as suas fortes cargas simbólicas e também os efetivos conteúdos e discursos que elas colocavam em circulação, fossem eles efetivos ou anacrônicos, retrógrados ou modernizantes, monarquistas ou republicanos. O que se conclui, assim, é que, dentro de suas contradições (que refletiam as contradições do Brasil da época) as academias produziram efeitos concretos e determinados e,

---

<sup>56</sup> FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. Op. cit. p. 84.

<sup>57</sup> Ibid. p. 90.

<sup>58</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 211.

<sup>59</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. Op. cit. 2005. p. 99.

principalmente, foram geradores centrais da produção da cultura jurídica brasileira no século XIX.<sup>60</sup>

Na primeira tentativa de se criar cursos jurídicos no Brasil, o projeto foi levado a discussão da Assembléia Constituinte em 27 de agosto de 1823. Dele decorreram, como era de se esperar, discussões contundentes acerca da instalação dos mesmos em São Paulo e Olinda. O projeto foi debatido em três sessões e sancionado em 4 de novembro. No entanto, a Constituinte foi dissolvida por D. Pedro I em 12 de novembro de 1823, restando o projeto sem promulgação nem publicação por parte do executivo<sup>61</sup>.

Novo projeto seria apresentado em 5 de julho de 1826, tendo sido aprovado em 1 de agosto daquele ano. Os debates legislativos permearam, certamente, a localização dos cursos, os honorários e honras dos lentes, as matérias e a necessidade de aprovação dos compêndios a serem utilizados nas lições. “A localização das Universidades provocou tão grande celeuma que o projeto correu o risco de naufragar, cada deputado pedindo preferência para sua província”<sup>62</sup>.

Cabe uma análise mais detalhada da Lei promulgada em 11 de agosto de 1827.

#### Lei de 11 de Agosto de 1827

Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda.

Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º - Crear-se-ão dous Cursos de sciencias jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda, e nelles no espaço de cinco annos, e em nove cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes:

#### 1.º ANNO

1ª Cadeira. Direito natural, publico, Analyse de Constituição do Império, Direito das gentes, e diplomacia.

#### 2.º ANNO

1ª Cadeira. Continuação das materias do anno antecedente.

2ª Cadeira. Direito publico ecclesiastico.

#### 3.º ANNO

1ª Cadeira. Direito patrio civil.

2ª Cadeira. Direito patrio criminal com a theoria do processo criminal.

#### 4.º ANNO

1ª Cadeira. Continuação do direito patrio civil.

<sup>60</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. Op. cit. 2005. p. 116.

<sup>61</sup> VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a História da Academia de São Paulo**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. p. 18.

<sup>62</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 17.

2ª Cadeira. Direito mercantil e marítimo.

#### 5.º ANNO

1ª Cadeira. Economia politica.

2ª Cadeira. Theoria e pratica do processo adoptado pelas leis do Imperio.

\* Art. 2.º - Para a regencia destas cadeiras o Governo nomeará nove Lentes proprietarios, e cinco substitutos.

\* Art. 3.º - Os Lentes proprietarios vencerão o ordenado que tiverem os Desembargadores das Relações, e gozarão das mesmas honras. Poderão jubilar-se com o ordenado por inteiro, findos vinte annos de serviço.

\* Art. 4.º - Cada um dos Lentes substitutos vencerá o ordenado annual de 800\$000.

\* Art. 5.º - Haverá um Secretario, cujo officio será encarregado a um dos Lentes substitutos com a gratificação mensal de 20\$000.

\* Art. 6.º - Haverá u Porteiro com o ordenado de 400\$000 annuais, e para o serviço haverão os mais empregados que se julgarem necessarios.

\* Art. 7.º - Os Lentes farão a escolha dos compendios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, com tanto que as doutrinas estejam de accôrdo com o systema jurado pela nação. Estes compendios, depois de approvados pela Congregação, servirão interinamente; submettendo-se porém á approvação da Assembléa Geral, e o Governo os fará imprimir e fornecer ás escolas, competindo aos seus autores o privilegio exclusivo da obra, por dez annos.

\* Art. 8.º - Os estudantes, que se quizerem matricular nos Cursos Juridicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze annos completos, e de approvação da Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria.

\* Art. 9.º - Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com approvação, conseguirão o grão de Bachareis formados. Haverá tambem o grão de Doutor, que será conferido áquelles que se habilitarem som os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e sò os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes.

\* Art. 10.º - Os Estatutos do VISCONDE DA CACHOEIRA ficarão regulando por ora naquillo em que forem applicaveis; e se não oppuzerem á presente Lei. A Congregação dos Lentes formará quanto antes uns estatutos completos, que serão submettidos á deliberação da Assembléa Geral.

\* Art. 11.º - O Governo creará nas Cidades de S. Paulo, e Olinda, as cadeiras necessarias para os estudos preparatorios declarados no art. 8.º.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 11 dias do mez de agosto de 1827, 6.º da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

(L.S.)

Visconde de S. Leopoldo.

Carta de Lei pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa que houve por bem sancionar, sobre a criação de dous cursos juridicos, um na Cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda, como acima se declara.

Para Vossa Majestade Imperial ver.

Albino dos Santos Pereira a fez.

Registrada a fl. 175 do livro 4.º do Registro de Cartas, Leis e Alvarás. - Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 17 de agosto de 1827. - Epifanio José Pedrozo.

Pedro Machado de Miranda Malheiro.

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria-mór do Imperio do Brazil. - Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1827. - Francisco Xavier Raposo de Albuquerque.

Registrada na Chancellaria-mór do Imperio do Brazil a fl. 83 do livro 1.º de Cartas, Leis, e Alvarás. – Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1827. – Demetrio José da Cruz.”

A legislação imperial acerca dos cursos jurídicos, ou seja, o decreto de 1827 não sofreu alterações até 1851, com o Decreto número 608 de 16 de agosto, que criava mais duas cadeiras, de direito administrativo e de direito romano. Em 1853, novo Decreto de número 1134 de 30 de março, altera o status dos cursos jurídicos, que seriam denominados a partir de então de Faculdades de Direito. Posteriormente, a reforma de 1854, alterou os dispositivos do Decreto de 1853. E, em 1855 foi realizada a completa reforma dos estatutos pelo Decreto 1568 de 24 de fevereiro de 1855.

Com as reformas de 1853 e 1854, ao currículo inicial de 1827, foi acrescida ao primeiro ano a cadeira de *Institutas* de Direito Romano. O segundo ano se manteve igual. À cadeira de direito civil do terceiro ano foi acrescida a análise e comparação do direito civil pátrio com o direito romano. Não houve alterações no quarto ano e, no quinto e último reformulou-se a cadeira de Teoria e Prática do Processo para Hermenêutica jurídica, processo civil e criminal, incluindo militar e prática forense e incluiu-se a cadeira de Direito administrativo.

Com relação do currículo de cadeiras previsto no decreto, a inclusão do direito natural como disciplina de base, a ser ensinada logo nos primeiros anos, não deixa de ter um caráter histórico, herdado da própria concepção de ensino de direito, existente desde o medievo. Certamente, não era “o mesmo” direito natural, mas quanto ao método, há aproximações possíveis.

Ainda que na Europa os séculos XVII e XVIII possam ser definidos como séculos do jusnaturalismo, o que é realmente ensinado é direito comum<sup>63</sup>. O direito natural passa a representar a oposição ao antigo regime, a compreender em si os princípios liberais da revolução burguesa.

A primeira cadeira de direito natural foi criada em 1661 na Faculdade de Filosofia de Heidelberg e ocupada por Pufendorf. Comenta Lopes:

[...] o direito natural deixava seu *status* anterior de ser o ponto de encontro da política e do direito, para ser o ponto de partida do estudo do direito. Estudando direito natural o jurista estaria dispensado de estudar toda a

---

<sup>63</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 164.

moral. Isto é determinante para a formação nova do jurista, que a pouco e pouco se separava da investigação teórica moral.<sup>64</sup>

O direito natural possui, portanto, um caráter atemporal e fundamental, ainda que seu conteúdo se modifique. Esse caráter, nos primeiros anos de curso jurídico, era marcado pelo misticismo e religiosidade, como não poderia deixar de ser nos ensinamentos de José Maria Avellar Brotero, lente dessa cadeira desde a abertura dos cursos jurídicos. Ainda que seu compêndio não tenha sido aprovado para utilização oficial na Faculdade de Direito, é coerente afirmar que os conceitos ali contidos tenham sido perpetuados nas suas lições em sala.

Assim é sua definição de Direito Natural:

Norma ou complexo de leis dictadas pela Natureza Naturante, poder creador, onnisciente e onnipotente, a qual norma gravou no coração do homem, e a promulgou, por meio da luz da razão, de maneira que o mesmo homem ficou sciente de qual é o fim de sua criação, isto é, o conservar-se, e aperfeiçoar-se.<sup>65</sup>

Relembra-se que a reintrodução do direito natural, ou melhor, a introdução de um direito natural moderno no programa se deveu em parte a Reforma Pombalina.

O ensino do direito natural tenderá para a apologética e não para a crítica. Isto é notável na tradição brasileira, em que o direito natural, inserido no currículo de uma faculdade cujo principal objetivo é formar quadros para o Estado imperial, converte-se na explicação da defesa da ordem estabelecida: a monarquia, a religião de Estado, a moral e os costumes aceitos [...]<sup>66</sup>

Com relação ao artigo 7º da Lei de 11 de Agosto, cabia aos lentes adotar um compêndio ou criar um na falta de livros já existentes, “contanto que as doutrinas não fossem desconformes com o sistema jurado pela Nação, providência que somente se poderia referir ao Direito Público e Constitucional, cujo estado se reputava, naquela época, de mais transcendente importância”.<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> Ibid. p. 199.

<sup>65</sup> BROTERO, José Maria de Avellar. **Princípios de Direito Natural**. Rio de Janeiro: Tipográfica Imperial Nacional, 1829. p. 59.

<sup>66</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. Op. cit. p. 210.

<sup>67</sup> VAMPRE, Spencer. Op. cit. p. 30.

Os estatutos do Visconde de Cachoeira<sup>68</sup> deveriam vigorar até que outro estatuto fosse submetido pelo conjunto de lentes, à Assembléia Geral. Da mesma forma, também estariam em vigor os estatutos da Universidade de Coimbra. Em Decreto de 7 de novembro de 1831 foram aprovados os estatutos que vigoraram até 1854, momento da reforma Couto Ferraz. Venâncio Filho<sup>69</sup> destaca a polícia e a economia das aulas, que estabeleciam desde os horários de entrada e saída das aulas, como a proibição do uso de chapéu em sala de aula.

Havia, porém uma incompatibilidade entre os estatutos do Visconde de Cachoeira e a Lei de 11 de Agosto, no tocante as cadeiras. Enquanto o primeiro previa o Direito Romano, esta o excluía do programa. Os Estatutos indicavam além das cadeiras a serem lecionadas, a forma de ensino e a bibliografia de cada uma.

É, certamente, um período tumultuado, em que não há nem tradição nem costumes a seguir quando as lacunas se apresentam, mas ainda assim, os dois cursos jurídicos estabelecidos em Olinda, inicialmente, e em São Paulo representam o ensino jurídico no século XIX. Como anota Adorno:

É importante não perder de vista, repita-se, que no contexto do império as faculdades de direito de São Paulo e Recife eram as únicas instituições formadoras de bacharéis, sendo, queira-se ou não, e para o bem e para o mal, a catalisadora da cultura jurídica do período.<sup>70</sup>

### 3.1 FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

O curso foi inaugurado em 1 de março de 1828, às quatro horas da tarde por uma oração proferida por José Maria de Avellar Brotero, lente do primeiro ano, em uma celebração presidida por José Arouche de Toledo Rendon, primeiro diretor.

São Paulo era, à época uma cidade pequena, pouco povoada – justamente por isso, aos estudantes não restariam muitas distrações – e, para os padrões daquele tempo, barata. Foi até mesmo discutido na Assembléia que o pagamento de

---

<sup>68</sup> Luís José de Carvalho e Melo (1764-1826), formado em lei pela Universidade de Coimbra, foi Conselheiro de Estado, Deputado à Constituinte e Ministro dos Negócios Estrangeiros. (VAMPRÉ, Spencer. Op. cit. p. 38).

<sup>69</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 50.

<sup>70</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. Op. cit. 2005. p. 110.



um professor de Olinda deveria ser maior do que o de um professor de São Paulo devido ao custo de vida.

Outro ponto discutido foi a dificuldade de acesso. Alguns se preocuparam não somente com o acesso dos estudantes, mas das mercadorias e suprimentos básicos para subsistência dos estudantes, situação amenizada pela proximidade do Porto de Santos.

A São Paulo da primeira metade do século XIX é retratada por Spencer Vampré como uma cidade quieta, na qual “o estudante era o rei, e a Academia o centro intelectual, financeiro, e moral, de tudo”<sup>71</sup>, outra expressão de Ernani Silva Bruno é a de que São Paulo converteu-se em um “burgo de estudantes”<sup>72</sup>.

A cidade de São Paulo era ainda um modesto aglomerado oitocentista, em cujo núcleo urbano apenas, a população atingisse talvez a cifra de 10.000 almas, das quais metade compunha-se de elementos negros e mestiços. O comércio era a principal função econômica da cidade que constituía a escala obrigatória entre a região de agricultura canavieira do interior e do porto de Santos.<sup>73</sup>

O convento de São Francisco foi escolhido dentre outros, o do Carmo e o de São Bento, pois mostrou-se o mais adequado em função do espaço. Por algum período a entrada dos estudantes era a mesma dos fiéis que atendiam aos serviços da capela do convento e as aulas eram regidas pelo sino da mesma igreja.

A instalação da faculdade de direito em São Paulo motivou ainda a criação da primeira biblioteca pública oficial da cidade. A Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo foi também a primeira biblioteca pública de São Paulo, abrindo seu acervo em 1825. A biblioteca inicialmente foi composta do acervo da biblioteca do convento do Largo São Francisco, onde foi instalada e posteriormente se transformou na Faculdade de Direito de São Paulo.

Para sua composição foram reunidos a biblioteca do Convento de São Francisco com o acervo do bispo D. Mateus de Abreu Pereira, arrematado por ocasião da sua morte em 1824, que totalizaram 4.221 livros<sup>74</sup>. As obras foram

---

<sup>71</sup> VAMPRÉ, Spencer. Op. cit. p. 40.

<sup>72</sup> BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympo, 1954.

<sup>73</sup> ELLIS, Mirian. **Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo**. Imprensa São Paulo: FFLCH/USP, 1957 p. [387]-447 ; Separata da Revista de História, nº 30. p. 388.

<sup>74</sup> “Em ordem de maior número de obras por assunto, temos em primeiro lugar, História Universal e Particular, com 270 obras; em seguida, Miscelânea, com 201, Teologia Natural, Dogmática e Moral,

inventariadas pelo Padre José Antônio dos Reis, que além de estudante da faculdade foi o primeiro bibliotecário. Em 1836, o acervo totalizava 6.045 volumes<sup>75</sup>. A biblioteca foi aberta antes mesmo da criação oficial do curso, em 1825.

Em 1838, por força de lei provinciais de 1836 e 1837, foi publicado o “Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo”<sup>76</sup>, que reuniu a descrição da população, da organização urbanística da cidade (com o perdão do uso anacrônico do termo), organização judiciária e tabelas diversas. Dentre estas, a tabela acerca das cadeiras da faculdade jurídica traz a seguinte, e curiosa, observação: “É necessário criar-se por lei uma cadeira de Direito Romano, e esta deve ser ensinada no primeiro ano”.

Além disso, traz que no ano de inauguração do curso, 1828, matricularam-se 33 estudantes, e, até o ano de 1836 totalizaram-se 419. No mesmo período, formaram-se 253 bacharéis e 19 doutores, dos quais nove, no ano de 1836 estavam empregados como professores ou substitutos na faculdade. Tendo sido o grau de doutor concedido pela primeira vez no ano de 1833 aos bacharéis: Manoel Dias de Toledo, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e Vicente Pires da Motta.

Outra fonte analisada foi a Memória Histórica Acadêmica do Ano de 1877. É a mais antiga localizada na Biblioteca Central da Faculdade de Direito de São Paulo, apesar da referência a uma Memória anterior. Então, contabilizam-se dados de 1877, como o número de alunos que somam 239 divididos entre os cinco anos de curso.

O sistema de avaliação e de concessão de grau manteve-se intocado por todo o século XIX, eram formados bacharéis e posteriormente, com a apresentação de uma tese doutoral, concedia-se o grau de doutor mediante banca de exame.

Ideologicamente, há, entre os historiadores, uma divisão entre a política feita na Academia em São Paulo e a ciência feita no Recife. “Vê-se que, enquanto Recife educou, e se preparou para produzir doutrinadores, “homens de sciencia” no sentido

---

com 193; Seminários, com 186; Direito Canônico, com 175; Direito Natural e Física, com 114; Teologia Mística com 86; Escritura Sagrada e Santos Padres, com 69; Liturgia, com 38; Retórica e Poética, com 18; Dicionário e Artigos das Línguas, com 17 e Geografia com 15. ELLIS, Mirian. Op. cit. p. 394.

<sup>75</sup> **ENSAIO d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838.

<sup>76</sup> Idem.

que a época lhe conferia, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas de Estado”.<sup>77</sup>

Apesar da equivalência num primeiro momento de currículos, as duas escolas iriam tomar posições ideologicamente diferentes, seguindo tendências européias. A escola de Recife, assim chamada justamente o grupo de influência naturalista que dominou tanto seus escritos jurídicos como literários e, em São Paulo, onde o liberalismo se expandiu.

Enquanto na escola de Recife um modelo claramente determinista dominava, em São Paulo um liberalismo de fachada, cartão de visita para questões de cunho oficial, convivia com o discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades.<sup>78</sup>

Essa tradicional divisão entre as características das academias perdurou e se aprofundou no decorrer do século XIX. São Paulo, inclusive ficou marcada pelo autodidatismo dos profissionais ali formados, avançando os limites da cultura jurídica em sentido estrito para agir na política, no jornalismo, na literatura etc., como afirma Lilia Schwarcz<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> SCHWARCZ. Lilia Moritz. Op. cit. p. 184

<sup>78</sup> Ibid. p. 186.

<sup>79</sup> Ibid. p. 174.

#### 4 “PRINCÍPIOS DE DIREITO NATURAL”, JOSÉ MARIA AVELLAR BROTERO

Os cursos jurídicos são certamente irradiadores de ideologias. Assim justificou-se em boa medida a resistência de Portugal enquanto metrópole a sua implantação. Assim também se explica as quase infundáveis discussões acerca de seu programa e da localização dos mesmos. Afinal, a implantação de uma faculdade não deixava de ser uma marca do poder estatal naquele local e as doutrinas ali ensinadas deveriam refletir “o espírito” da nação.

Elaborava-se um jogo de permissão e controle ao mesmo tempo em que o ambiente estudantil permitia uma maior liberdade, ou ainda, liberalidade. Sobre o tema:

Os cursos são localizados nas províncias: Olinda e São Paulo. Mas criados, mantidos e controlados pelo Governo central. Controle quase ferrenho. Nem o Ato Adicional de 1834, que transferiu grande soma de poderes para as províncias o alterou. Não mais Inquisição, nem isolamento, nem infusão dos princípios absolutistas. Mas ainda o controle dos recursos, do currículo, do método de ensino, da nomeação dos lentes, do diretor, dos programas e até dos compêndios. Sobretudo dos compêndios, por mais chocasse tanta utopia liberal<sup>80</sup>.

Justamente na linha intermediária entre o controle e a “liberdade de cátedra”, pode-se colocar os compêndios. Por um lado, o artigo 7º da Lei de 11 de Agosto de 1827<sup>81</sup> estabelecia que os professores deveriam, quando não houvesse um compêndio pronto para sua cadeira, criá-lo. O contraponto é a necessidade de aprovação deste compêndio pela Assembléia.

“Os parlamentares mais liberais queriam o direito de os lentes escolherem os compêndios. Os mais centralizadores queriam esta escolha pelo Poder Central, pela Assembléia. Resultou numa decisão tão ambígua, quanto centralizadora”<sup>82</sup>. Como se percebe no referido artigo, os compêndios poderiam ser escolhidos pelos lentes, mas deveriam estar de acordo com o sistema jurado pela nação. Na verdade, na

<sup>80</sup> FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. Op. cit. p. 79.

<sup>81</sup> Art. 7.º - Os Lentes farão a escolha dos compendios da sua profissão, ou os arranjarão, não existindo já feitos, com tanto que as doutrinas estejam de accôrdo com o systema jurado pela nação. Estes compendios, depois de approvados pela Congregação, servirão interinamente; submettendo-se porém á approvação da Assembléa Geral, e o Governo os fará imprimir e fornecer ás escolas, competindo aos seus autores o privilegio exclusivo da obra, por dez annos.

<sup>82</sup> FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. Op. cit. p. 79.

prática, esses compêndios não foram selecionados, bem como da notória tentativa de elaboração de um compêndio de Direito Natural, o mesmo não contou com a aprovação da Câmara dos Deputados.

É importante ressaltar que a cadeira de direito natural representava uma forte ligação com o antigo regime, um aspecto conservador do curso de direito recém-constituído. Era a expressão de uma época em que predominavam as concepções metafísicas.

Clóvis Beviláqua explica a implicação que havia em se iniciar o curso de direito com a disciplina de direito natural:

[...] se aos primeiranistas se dessem noções que constituíssem uma vista de conjunto da organização jurídica bom seria; mas o direito natural era a filosofia do direito como a concebiam os mestres do tempo; e a intenção era dar aos jovens um complexo de princípios que supunham universais e imutáveis.<sup>83</sup>

Venâncio Filho aponta os autores a serem adotados nas cadeiras do curso de direito, com relação especialmente ao direito natural a seleção de autores era composta por: Fortuna, Grócio, Pufendorf, Wolfio, Cardoso, Tomásio, Heinécio, Felice, Burlamaqui e Cardoso.

Como caso emblemático, a obra *Princípios do Direito Natural*, de José Maria de Avellar Brotero. Natural de Lisboa, cidadão brasileiro desde 1833, Brotero se formou em direito em Coimbra (1819). Exilado liberal nos Açores, instala-se no Brasil a partir de 1825. Inaugura em 10 de março de 1828 o primeiro curso jurídico em São Paulo, sendo o primeiro lente da Faculdade e seu secretário durante quarenta anos. Recebeu o grau de doutor pela Academia de São Paulo em 1831. Nomeado pelo decreto de 12 de outubro de 1827, jubilou-se em 1871 e faleceu em 17 de fevereiro de 1878.

O Dr. José Maria de Avellar Brotero nasceu em Lisboa em 17 de fevereiro de 1798, filho de Manoel Ignacio de Avellar Brotero, que foi governador geral do distrito de Quilimane, do governo geral de Moçambique, e capitão-general do exército português, e d. Maria Mamede de Avellar Brotero. [...] Comprometido numa conspiração, em 1824, contra o regime absoluto então dominante em Portugal, teve de se transportar para a ilha de Fayal, do Arquipélago de Açores, a qual se tornara, como é sabido, o refúgio e ponto de concentração dos liberaes portugueses, perseguidos pelos absolutistas, tendo a sua frente o príncipe d. Miguel e a rainha d. Carlota.

---

<sup>83</sup> BEVILÁQUA, Clóvis. Apud. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 30.

Aí se casou o dr. Brotero com d. Ana Dabney, nascida em Paris, de nobre família inglesa estabelecida em Boston. Pouco tempo depois, em 1825, veio ao Brasil e fixou residência no Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia.<sup>84</sup>

Segundo este relato, a viagem do Brotero ao Brasil se deu porque ele não estava mais seguro em Fayal e não, como geralmente se especula, porque já estava acertado que seria lente de curso jurídico no Brasil. Prossegue: “De 1828 em diante, a biografia do ilustre catedrático quase se identifica, no dilatado período de 45 anos (pois ele faleceu em 1873), com a história da Academia de S. Paulo, da qual foi um dos mais notáveis lentes e uma figura das mais características”<sup>85</sup>.

Envolveu-se constantemente em conflitos com o diretor Toledo Rendon. Possuía fama de ser acometido por “arroubos de eloquência” e “temperamento impressionista” como descreve Almeida Nogueira<sup>86</sup> e Spencer Vampré ao descrever o ânimo dos primeiros anos de Academia, descrição na qual, enquanto o Toledo Rendon regia os destinos acadêmicos, estava “o Dr. Brotero a arquitetar conflitos, ou a resmungar ódios contra o diretor, e os outros lentes”<sup>87</sup>.

Ainda quanto a polêmica figura de Brotero, Miguel Reale relata em artigo publicado na Revista da Faculdade de Direito de São Paulo<sup>88</sup> que a nomeação por decreto de 6 de outubro de 1826 de Brotero se deu devido às relações políticas de sua família.

Acumulou a função de professor com a função de secretário, esta, durante quarenta e três anos.

Seu compêndio, reconhecidamente escrito às pressas, sofreu fortes críticas na Câmara dos Deputados<sup>89</sup>. O livro, por fim, não é aprovado, sendo o veredicto da Câmara dos Deputados que o compêndio carecia de ligação e harmonia entre as matérias<sup>90</sup>, e, sofrendo, principalmente da parte de Lino Coutinho críticas pesadas.

A Comissão de Instrução Pública emitiu o seguinte parecer:

---

<sup>84</sup> NOGUEIRA, Almeida. **A inauguração da Academia de São Paulo**. In. Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos no Brasil. Porto Alegre – Livraria Americana, 1927.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> NOGUEIRA, Almeida. Apud VENANCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 40.

<sup>87</sup> VAMPRÉ, Spencer. Op. cit. p. 40.

<sup>88</sup> REALE, Miguel. **Avellar Brotero, ou a ideologia sob as arcadas**. RFDUSP, vol. L, 1955.

<sup>89</sup> Mas há que se atentar ainda que as críticas deveram-se menos as características do livro, pois este não destoava da racionalidade da época, e mais a questões de ordem pessoal. VENANCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 48.

<sup>90</sup> Idem.

A Comissão de Instrução Pública examinou o compêndio de Direito Natural, composto e oferecido a esta augusta Câmara pelo lente do primeiro ano jurídico de S. Paulo, e, observando que não tem ligação e harmonia nas matérias, nem uniformidade no estilo, sendo uma verdadeira compilação de diferentes autores, que não seguiram os mesmos princípios, nem se exprimiram no mesmo estilo; que os raciocínios não têm força de convicção, nem os termos clareza e precisão; que compreende matérias heterogêneas ao Direito Natural, e notas repetidas e muito extensas; é, portanto, de parecer que não seja admitido no Curso Jurídico, devendo-se ensinar o Direito Natural por outro compêndio, que melhor desempenhe a matéria. Paço da Câmara dos Deputados, 30 de julho de 1830. J. R. Soares da Rocha. A. J. do Amaral. A. Ferreira França.<sup>91</sup>

Tal parecer foi aprovado sem discussão.

O afamado compêndio veio a lume em 1829, pecava por falta de sistematicidade dentre outras possíveis críticas, fato reconhecido pelo próprio autor como se verifica na advertência intitulada pelo próprio autor de “antes tarde do que nunca”.

Ao primeiro folhear do livro se percebe o excesso de notas, extensas e em francês.

Era, no entanto, ainda de confiança o tom geral do livro, no qual Avellar Brotero deixou sinais de sua personalidade complexa e contraditória, ora austera e rude, ora tocada de ingênuo lirismo, como o revelado no último capítulo, ao oferecer-nos uma explicação bucólica sobre a origem da civilização.<sup>92</sup>

O compêndio, de 455 páginas, é dividido em sete capítulos, intitulados: Leis e suas divisões, Do Homem, Sociedade Natural, Direitos do Homem, Das Convenções, Direito de Segurança, Offícios.

O primeiro capítulo, acerca da Lei e suas divisões, é uma coleção de conceitos, natureza, Deus, obrigação, lei, imputação, moralidade, necessidade, justiça, para citar apenas alguns. Cabe destacar a definição “jurídica” de Deus: “Os jurisconsultos nesse sentido tem tomado o vocábulo natureza, e o Compendio se serve deste termo para designar o mesmo Deus, chamando-o, porém Natureza Naturante, a fim de diferenciá-lo do Universo, ou Natureza Naturata”<sup>93</sup>.

Os três primeiros subtítulos desse capítulo: Natureza, Deus e Existência de Deus, argumentam que a existência do mundo, naturalmente, sem impulso algum,

<sup>91</sup> VAMPRÉ, Spencer. Op. cit. p. 68.

<sup>92</sup> REALE, Miguel. Op. cit. p. 135.

<sup>93</sup> BROTERO, José Maria de Avellar. Op. cit. p. 7.

só pode advir de Deus. É lógica e simplesmente impossível negar a obviedade de Deus enquanto “machina” que movimenta o universo. As definições de Direito, Lei, obrigação etc., são de tom amplo, com sentidos comuns e abertos, porém, em parte alguma a a sentença se inicia com “o direito é uma ciência”, é um momento anterior a profusão do positivismo, a “Sciencia” na única referência que Brotero faz à página 13 é a ciência da Jurisprudência, a qual, no entanto, não se detém.

O caráter metafísico do livro, já evidenciado pela tentativa de conceituar Deus, por exemplo, aparece novamente quando o autor discorre sobre a definição de bem e mal. Ações boas são ações justas, isto é, em conformidade com a lei. Ainda cabe as ações, sobre essa classificação serem fisicamente ou moralmente boas ou más. Havendo ações que podem ser fisicamente boas e moralmente más, como um Fariseu dar esmola a um pobre por motivos de orgulho e vaidade. Moralmente má, porém, fisicamente boa<sup>94</sup>.

Na página 54, Brotero inicia o estudo do Direito Natural propriamente dito. “Direito Natural é o complexo de Leis, que a Natureza Naturante, poder criador onisciente, e providente, gravou na massa geral de todos os entes, que formam o Universo”. Além de concluir que por terem sido essas normas ou complexo de leis gravadas no coração do homem, este se tornou consciente da finalidade de sua criação<sup>95</sup>.

O autor divide o Direito Natural em absoluto e hipotético. O primeiro se confunde com a própria definição de Direito Natural dada anteriormente, enquanto o Direito Natural hipotético se refere ao estado no qual o homem se encontra por sua vontade, no qual troca a liberdade natural pela liberdade política, civil, essa ramificação seria então o Direito público universal<sup>96</sup>.

Destaque para o discurso do subtítulo “Caracteres e fim do Direito Natural” no qual se percebe a prolação de verdades absolutas, que professam a existência das Leis Naturais desde sempre, qualificando-as como leis imutáveis, universais e “mais obrigatórias”. Essas leis são derivadas de um poder absoluto, onisciente e incapaz de equívocos. A argumentação, no entanto, é cíclica, como se percebe no trecho destacado a seguir:

---

<sup>94</sup> Ibid. p. 49.

<sup>95</sup> Vide nota 64.

<sup>96</sup> BROTERO, José Maria de Avellar. Op. cit.. p. 62.



A Natureza Naturante é um princípio onisciente, e portanto jamais podia fazer uma Lei sem um fim certo, e verdadeiro, e d'esta essência da Natureza Naturante devemos concluir, que as suas leis são certas e tem um fim fixo, e uma ação estabelecida e determinada, a qual deve ser praticada ou não praticada pelo homem.<sup>97</sup>

Assim, o Direito Natural se fundamenta e se legitima por suas próprias características, afinal, como poderiam normas emanadas em última instância da Divina Providência precisarem de alguma outra forma de legitimação?

O juízo da divisão entre ações boas ou más citado anteriormente é feito pela consciência. A consciência, sem reticências para Brotero, nada mais é do que a razão. Novamente, por ser uma atribuição divina aos homens, a consciência prática ou o raciocínio, como denomina o autor, não pode, tendo em vista Leis perfeitas e fatos imutáveis, não distinguir de pronto, o certo e o errado.

Em capítulos intercalados surgem tópicos denominados “Opinião do Compêndio”, no qual o autor se posiciona frente aos conceitos explicados, quanto a consciência segue a posição de Brotero:

O Compêndio está certo da existência do tribunal da consciência, e certo da impossibilidade da sua não existência; mas o mesmo Compêndio julga que só deve existir consciência, falando no rigor da definição, quando existir certeza, provindo esta mesma certeza da evidência psíquica, ou da evidência metafísica, ou da evidência legal, ou em outros termos provindo da evidência de sensação e reflexão, ou da evidência de fé, analisando porém psiquicamente o depoente, e analisadas também as circunstâncias do fato psiquicamente.<sup>98</sup>

Numa demonstração de afinidade com as teorias sensistas ou sensualistas portuguesas que aproximavam pensar e sentir.

À página 106, inicia-se o capítulo 2, as divisões da sessão que aborda o Homem são em temas como: o corpo, a alma, a união entre corpo e alma, entendimento, vontade e liberdade. No segundo capítulo fica mais evidente o uso excessivo de citações longas e em francês destacadas pelos historiadores.

Quase ao final deste capítulo o autor insere uma nota com o seguinte teor: “O Compêndio bem sabe, que o Leitor há de criticar muito e muito por ele ter dado ao

---

<sup>97</sup> Ibid. p. 70.

<sup>98</sup> Ibid. p. 88-89.

corpo organizado sensação; porém paciência: o Compêndio só pede que a crítica seja feita depois de algum estudo, e reflexão”<sup>99</sup>.

O terceiro capítulo dedicado a Sociedade Natural é composto por temas como: estado conjugal, poligamia, divórcio, deveres dos pais, obrigações dos filhos etc.

Neste capítulo Brotero dá aos temas um caráter de dever moral, exaltando a monogamia, a amizade entre os cônjuges, o amor materno e a educação dos filhos como dever dos pais, os fundamentos são em si mesmo, gravado no coração do homem “o preceito sagrado, e eterno, de que os filhos devem sempre ter respeito, e veneração para com os seus pais”.<sup>100</sup>

Conforme observa Reale, o discurso de Brotero em especial neste capítulo destoa com o relato de sua vida pessoal. Um pai austero, severo e autoritário que mantinha a família encerrada em casa e raramente participava, ou deixava que sua esposa e filhas, participassem da vida social da cidade. Reale<sup>101</sup> reproduz trechos de cartas da esposa de Brotero para demonstrar como os hábitos familiares eram rígidos.

Ainda em contraste com a sisudez do autor, no Compêndio, ao tratar de divórcio, não se manifesta contrariamente em dois casos: quando não for possível a reprodução e quando não houver o livre consentimento, opondo-se a determinação dos casamentos pelos pais.

No quarto capítulo, que trata dos Direitos do Homem, são elencados direitos como a liberdade, de crença, de pensar, de consciência, havendo inclusive um subtítulo “A escravidão é o maior de todos os males” – embora o próprio autor mantivesse em sua casa escravos –, além de igualdade e propriedade. “Os Direitos Sagrados do Homem, e que formam a sua essência, são Liberdade, Igualdade, Propriedade e Segurança”<sup>102</sup> – a este último Brotero dedica o sexto capítulo do Compêndio.

Os direitos elencados nesse capítulo são verdades derivadas da Natureza Naturante, não necessitam de justificativa, apenas de esclarecimento:

---

<sup>99</sup> Ibid. p. 158.

<sup>100</sup> Ibid. p. 193.

<sup>101</sup> “Infelizmente vivo tão retirada que não sei nada do que vai fora de casa”, “Sinto não saber notícias de fora para te contar, mas sabes como vivemos”, “Tu bem sabes dos costumes claustrais da casa”. BROTERO, Frederico de Barros. Traços biográficos. Apud. REALE, Miguel. Op. cit. p. 143.

<sup>102</sup> BROTERO, José Maria de Avellar. Op. cit. p. 210.

A natureza fez todos os homens iguais, é este um princípio, é uma verdade, que não necessita de demonstração, mas só de esclarecimento, pois que ela, bem como todas as outras sofre interpretação; e em todas há sempre um mau gênio, que não lhes dá a verdadeira acepção.<sup>103</sup>

O quinto capítulo traz a matéria dos contratos e das sociedades, no entanto, há que se destacar nesta parte a “Advertência – antes tarde do que nunca” aposta pelo autor.

Talvez o Leitor seja curioso, e queira perguntar – qual foi a razão das imensas notas postas nesse Compêndio? São quatro. A 1ª foi cumprir com os Estatutos Cap. 3, § 3 – ibi – convém considerar todas as relações dos homens, não em abstrato, nem como entes separados, e dispersos, mas como Cidadãos que já vivem em sociedade. – “ : 2ª foi facilitar aos Estudantes a explicação do mesmo Compêndio: 3ª tirar ao Direito Natural aquele seco que parece ter a primeira vista : 4ª o ir acostumando já os Estudantes a aplicarem ao Direito Público o Direito Natural: e outro sim foi igualmente para poupar trabalho no mesmo Compêndio, quando ele principiar, se o seu estado de saúde o convidar a isso, a escrever as suas apostilas do mesmo Direito Público. E não bastava apontar as mesmas notas? De certo, se fosse possível obrigar os estudantes a ter os Autores citados. E porque vem elas em Francês? Para poupar trabalho, ou para melhor dizer por falta de tempo. O Leitor deve saber, que estas lições eram prontas a noite para servir de manhã, e que estas notas eram parte, ou fundamento da explicação, que fiz na Aula, e a qual se não escreveu nas apostilas.<sup>104</sup>

Diante desta nota, Brotero admite que o livro, para os padrões da época, excedia as citações necessárias e, por mera falta de tempo, as deixava em Francês, o que, se chamava a atenção a ponto de motivar escusas do autor, pode representar que apesar de ser uma disciplina obrigatória nas aulas preparatórias<sup>105</sup>, ou seja, requisito para o ingresso no curso, não tinha entre os alunos, entendimento pleno.

O sexto e penúltimo capítulo trata do Direito de Segurança que é, para Brotero, dividido entre o direito de defesa e o direito de reivindicação, posto como sinônimo de *ius cogendi* e direito de violência. O limite desse direito, aponta Brotero, seria o de colocar em perigo a vida daquele que deu causa ao surgimento do *ius cogendi*. No caso de um furto, que é o exemplo usado pelo autor, o direito não

<sup>103</sup> Ibid. p. 231.

<sup>104</sup> Segue o autor: “Recebi do governo ordem para remeter este Compendio o quanto antes, e por isso muito a pressa mandei tirar uma cópia da minuta, que tinha servido para os Atos; e como a experiência me tinha mostrado a necessidade de pôr estas notas no Compêndio, as fiz copiar dos mesmos Autores, e dos lugares já marcados, isto é , segundo as marcas que tinha posto nos mesmos livros.” (Ibid. p. 284-285).

<sup>105</sup> As cadeiras das aulas preparatórias eram: Latim, Inglês e Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Geometria, História e Geografia. (ENSAIO d’um Quadro Estatístico da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838).

autoriza a vingança e faz recair sobre a vítima do furto, se agir com imprudência, a perda do direito de reivindicação.

No último capítulo o autor trata dos deveres do homem para com Deus, das paixões, do suicídio, dos deveres dos homens entre si, além da conclusão. É na conclusão que Brotero extravasa sua eloquência, conforme a fama que perdurou. Conclui brevemente o Compêndio, exaltando, como o fez durante toda a obra o poder divino.

No geral, há poucas referências externas no corpo do texto, as citações em notas de rodapé se limitam a repetir o texto citado, sem intervenções ou explicações.

O resultado da análise desfavorável da Assembléia foi emitido em junho de 1830, e, logo em seguida o compêndio de Avellar Brotero foi substituído pelo *Éléments de législation naturelle, destinée a l'usage des Éleve de l'école centrale du Pantheon*, de Perreau.

Relata Reale<sup>106</sup> que não houve, da parte de Brotero nenhuma reação, nem houve da parte do governo imperial qualquer restrição a cátedra de Brotero. A partir, porém da reprovação do compêndio o gênio de Brotero que já era forte, tornou-se exacerbado. Reale aponta que, obviamente, nem tudo pode ser justificado pelas críticas ao Compêndio, mas certamente houve uma mudança de postura:

[...] quem reclamara o uso cordial e benigno da autoridade paterna, apesar de reconhecer o poder absoluto dos pais sobre os filhos para os fins de educação e de seu esclarecimento racional volve aos rudes e severos costumes da família portuguesa, exagerando-os ao extremo, convertido em marido tirânico e em pai de autoridade incontrastável.<sup>107</sup>

O que contrastava com os relatos de suas lições, por vezes encerradas por calorosos aplausos dos alunos, diante dos quais, conforme relatos, Brotero fingia humildade.

Reale<sup>108</sup> afirma que, na análise de Vampré sobre o Compêndio, Brotero não parece ter sido influenciado pelos pensadores franceses, ingleses e alemães da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Mas, contrariamente se posiciona Reale:

---

<sup>106</sup> REALE, Miguel. Op. cit. p. 141.

<sup>107</sup> Ibid. p. 143.

<sup>108</sup> Ibid. p. 147.

Embora não possamos discordar dessa análise, quanto à carência de espírito crítico na apreciação de certas doutrinas, pensamos que é mister situar melhor a obra de Brotero no mundo das idéias de seu tempo, para mostrar que não era um espírito alheio às influências contemporâneas, como se afirma. [...] Sob muitos aspectos, esteve ele ‘à la plage’ com as correntes de pensamento de sua época, tendo desempenhado um papel deveras interessante para quem se empenha no estudo desapassionado de nosso desenvolvimento mental.<sup>109</sup>

A obra representa a influência do sensualismo português, de autores como Condillac a Cabanis, Helvetius e Holbach. Apesar de não negar a utilização de Malby no Compêndio, Reale afirma que no que toca às idéias revolucionárias quanto a propriedade e desigualdade social, Brotero não faz menção. Quanto a Von Holbach, apesar de citar duas de suas obras e utilizá-lo nas extensas notas de seu compêndio, Brotero toma o cuidado de não citar-lhe o nome para não associar-se a face anticlerical e atéia do autor.

Fica claro, em primeiro lugar, a indigesta mistura de autores ‘contemporâneos’ e racionalistas com autores antigos ligados a um jusnaturalismo teológico, com prevalência clara para esta última concepção. E isso o próprio autor faz questão de frisar: “muitos autores querem que o direito Natural derive seu nome por causa da promulgação, isto é, por ser promulgado pela razão natural do homem. O compêndio porém, não que que ele derive seu nome da promulgação, mas sim de seu autor, isto é, Lei Dictada pela Natureza Naturante do Universo, ou alma do universo, isto é, Deus”. A citada ‘natureza naturante’, que detém os atributos da divindade cristã, e que está presente em todo o compêndio, mostra-se como verdadeira fonte originária dos direitos para o citado autor<sup>110</sup>.

Assim, a “natureza naturante” nada mais é que a Providência Divina, e essa divisão, entre natureza naturante e natureza naturata, ainda que excêntrica não era incomum a outros autores de fins do século XVIII e início do século XIX. Acerca da religiosidade de Brotero, para Reale, ainda outra característica transparece a obra:

Quem se der ao trabalho de estudar os Princípios de Direito Natural, poderá verificar que a sua nota dominante, da primeira à última página, é a de manter-se fora das suspeitas de heresia ou de heterodoxia, mas sem prejuízo da inabalável convicção do autor quanto à necessidade de se propagarem as verdades do sensualismo de Condillac e de seus continuadores [...]. Longe de nós a idéia de atribuir a Brotero a concepção de uma doutrina superadora das antíteses e dos antagonismos tão pronunciados existentes entre sensualistas e os seus adversários das escolas racionalistas, cartesianas ou escolásticas. Na realidade, o nosso A.

<sup>109</sup> Ibid. p. 148.

<sup>110</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. Op. cit. 2009. p. 351-352.

limita-se a justapor doutrinas, deixando muitas vezes em suspenso o leitor que, no cipoal de suas citações, pretenda vislumbrar a clareira de seu julgamento. Daí a dificuldade de atingir-lhe a unidade e coerência das convicções.<sup>111</sup>

Há um contraste entre o conservadorismo do texto e a novidade das referências. Ainda que muitos autores tenham sido por ele negligenciados, como observa Vampré<sup>112</sup>. No entanto ainda que Hume e Bentham, Montesquieu e Kant, para citar alguns dos autores apontados por Vampré, sejam a nosso tempo praticamente obrigatórios, ao tempo de Brotero tinham uma dimensão diversa, a qual escapa a estudos anacrônicos.

Reale ainda diz: “O que se pode criticar em Brotero é a falta de assimilação efetiva das doutrinas que põe em cotejo, sem perceber os valores próprios, mas não a falta de curiosidade e de atenção pelas idéias de seu tempo”.<sup>113</sup>

Vampré, ao analisar o compêndio, adianta suas conclusões:

E, desde logo, diremos, com a maior franqueza: – pelo confuso, e pelo espraído, das idéias, pela ausência de método e de divisões sistemáticas, pela falta de crítica apurada, pelo desleixo do estilo, pela consideração unilateral dos assuntos, o livro não corresponde à fama de cultura, que deixou seu autor.<sup>114</sup>

Ainda assim, uma segunda obra<sup>115</sup> deixada por Brotero teve juízo em parte diferente na avaliação de Vampré. “Questões sobre Presas Marítimas” demonstra uma maior desenvoltura de Brotero em temas de matéria positiva do que abstrata.

Conclui Reale:

(...) apesar de seu estilo anacrônico e monótono, de suas contradições manifestas, de sua falta de sistema e organicidade, e de suas afirmações ingênuas e às vezes grotescas, há na improvisada obra do mestre recém-chegado a São Paulo, um sopro vivo de modernidade, de arrojo e de entusiasmo, que não mereciam as críticas acerbadadas ditadas pela paixão que suas idéias suscitaram. Com todos os seus inegáveis defeitos, talvez o Compêndio, condenado pelas autoridades públicas, tivesse sido mais

<sup>111</sup> REALE, Miguel. Op. cit. p. 152.

<sup>112</sup> VAMPRE, Spencer. Op. cit. p. 68.

<sup>113</sup> REALE, Miguel. Op. cit. p. 155.

<sup>114</sup> VAMPRE, Spencer. Op. cit. p. 40.

<sup>115</sup> Ainda são de autoria de Brotero os seguintes títulos: Princípios de Direito Público Universal; análise de alguns parágrafos de Wattel (1837), Filosofia do Direito Constitucional (1868), Os três primeiros parágrafos de Wattel. Direito das Gentes (dividida em vinte lições), Tumulto do Povo em Évora (1845), este, um drama em três atos. (Ibid. p. 69).

benéfico, pelo fermento das idéias que provocava, do que as lições de Perreau, bem alinhadas e bem polidas na mediocridade e no bom senso.<sup>116</sup>

Para apreender da obra de Brotero seu verdadeiro valor como documento histórico é preciso ver além da caricatura construída ao redor da personalidade do autor. No entanto, também é preciso tomar o texto pelo que ele é, uma tentativa de cumprir uma determinação imperial inserida num contexto de instabilidade política e inexperiência acadêmica.

---

<sup>116</sup> REALE, Miguel. Op. cit. p. 168-169.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do período também resta no fato de que, apesar da precariedade de condições, os cursos se mantiveram funcionando, sendo alavanca para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de início já tão tardio. “Os grandes nomes da Ciência Jurídica do período imperial vão sair desses centros modestos, sempre pobremente providos, mas que vai elevar-se a focos de primeira grandeza.”<sup>117</sup>

Durante todo o século XIX estas faculdades formaram a elite jurídica brasileira, delas saíram juristas da importância de Paula Batista, Pimenta Bueno, Tobias Barreto e outros.

Suprida a necessidade imediata de iniciar um curso local, aos moldes do novo império, ainda que em condições longe das ideais, os cursos funcionaram com a mesma precariedade por anos:

Do ponto de vista das instalações materiais, jamais o Império se preocupou efetivamente em oferecer às faculdades de Direito prédios condignos. Embora a academia de São Paulo permanecesse até hoje sempre no mesmo local, só há quarenta e três anos adquiriu o prédio do Largo São Francisco condições condignas para abrigar uma escola superior.<sup>118</sup>

Ainda que o período de 1827 a 1854 não seja o período mais brilhante do ensino jurídico no Brasil, ele foi o período experimental, que permitiu àqueles que vieram depois identificar os maiores problemas.

Apesar da proposta de independência de Portugal, não houve uma separação em termos de política e ideologia. A formação dos juristas desse período, dos professores inclusive, era coimbrã, bem como a composição dos corpos administrativos.

Obviamente, não podia se esperar que o país passasse do estado de “uma terra sem cultura jurídica”<sup>119</sup>, para uma nação com uma cultura jurídica original.

---

<sup>117</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. “**Cultura Jurídica**” “in” HOLANDA, Sergio Buarque (org.) História geral da civilização brasileira (tomo II: o Brasil monárquico – reações e transações). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 423.

<sup>118</sup> VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 115.

<sup>119</sup> BARRETO, Plínio. Apud. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 13.



Dessa forma, esse período de transição foi condição para o aperfeiçoamento da Academia brasileira.

Por esta razão é necessário conhecer a tradição que nutriu esses primeiros anos. Certo é que, sem a influência européia as noções mesmas de Direito Natural, de ensino jurídico e da importância ou não se de estudar o Direito Romano seria irrelevante. O estudo histórico, neste sentido, evidencia também que o contexto político irradiava no ambiente de ensino e transportava para a faculdade as contradições entre o ensinado e o praticado.

Quanto à implantação dos cursos, evidenciou-se que as decisões ao redor do conteúdo, dos compêndios adotados e da própria localização dos cursos davam o tom dos debates legislativos. Venâncio Filho cita Octávio Tarquínio: “o individualismo na organização política dos Estados, o liberalismo nas relações econômicas, o romantismo na literatura, condicionaram e motivaram a mentalidade da Constituinte, impregnando todas as suas obras e atitudes”<sup>120</sup>.

Apesar de uma origem muito próxima, São Paulo e Olinda/Recife distanciaram-se ao longo do século em suas vocações.

E, finalmente, o compêndio de Direito Natural de Avellar Brotero. Uma obra que permite por um lado recompor as lições deste professor, repetidas por muitos anos aos alunos do primeiro ano, por outro permite ver que a Assembléia tinha antes um interesse ideológico que educacional.

Ainda é importante contrapor as críticas ao comportamento caricato feitas por Spencer Vampré e a visão um tanto romanceada de Miguel Reale. Ainda que separados por trinta anos, os autores separam-se por século de Brotero, mesmo assim, puderam captar as principais características da obra. Singular, para dizer o mínimo.

---

<sup>120</sup> TARQUÍNIO, Octávio apud. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Op. cit. p. 14.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Aurélio Wander. **O Estado e a formação dos currículos jurídicos no Brasil**. In. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978.

BROTERO, José Maria de Avellar. **Princípios de Direito Natural**. Rio de Janeiro: Tipográfica Imperial Nacional, 1829.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Universidade Estadual paulista, 1996.

ELLIS, Mirian. **Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo**. Imprensa São Paulo: FFLCH/USP, 1957 p. |387|-447 ; Separata da Revista de História, nº 30.

**ENSAIO d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Tipografia de Costa Silveira, 1838.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympo, 1954.

FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. **Os cursos Jurídicos e a formação do Estado Nacional**. In. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Pulo: Globo, 2001.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A criação dos cursos jurídicos e a concepção de ciência do direito**. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander

Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil**: uma análise preliminar (1854-1879). Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad, Madri, v. 8, n. 1, p. 97-116, 2005.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/9415/6507> Acesso em 15/11/2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACOMBE, Américo Jacobina. “**Cultura Jurídica**” “in” HOLANDA, Sergio Buarque (org.) História geral da civilização brasileira (tomo II: o Brasil monárquico – reações e transações). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 2. ed. São Paulo : Max Limonad, 2002.

MAZZACANE, Aldo. **Modelos y sistemas universitarios**. Palos de la Frontera – Espanha, 2007. Notas de aula do módulo Universidad y Enseñanza del Derecho, Maestría em Teoría, Historia y Comparación Jurídicas, Universidad Internacional de Andalucía.

MORA, Adela. **De las Universitas scholarum a la universidad liberal**. Palos de la Frontera – Espanha, 2007. Notas de aula do módulo Universidad y Enseñanza del Derecho, Maestría em Teoría, Historia y Comparación Jurídicas, Universidad Internacional de Andalucía.

MOTA, Carlos Guilherme. **Os juristas na formação do estado-nação brasileiro**. In. Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras: ensaios e criação dos cursos jurídicos no Brasil / coord. Aurélio Wander Bastos Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1978.

NEIRA, Manoel Martínez. **El estudio del derecho: la experiencia hispánica**. Palos de la Frontera – Espanha, 2007. Notas de aula do módulo Universidad y Enseñanza del Derecho, Maestría em Teoría, Historia y Comparación Jurídicas, Universidad Internacional de Andalucía.

NOGUEIRA, Almeida. **A inauguração da Academia de São Paulo**. In. Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos no Brasil. Porto Alegre – Livraria Americana, 1927.

REALE, Miguel. **Avellar Brotero, ou a ideologia sob as arcadas**. RFDUSP, vol. L, 1955. p. 131-160.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a História da Academia de São Paulo**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, s.d.